



Relatório de Gestão

2017

Índice

1. Introdução.....	2
2. Organização do Município	3
2.1 Órgãos de Administração do Município 2017-2021	3
Assembleia Municipal Órgão Deliberativo.....	3
Câmara Municipal – Órgão Executivo	3
3. Recursos Humanos.....	5
3.1 Introdução	5
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2017.....	5
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género	7
Caracterização dos Recursos Humanos por Grupo Profissional e Grau de Deficiência	8
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade.....	9
Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade	9
3.3 Absentismo.....	11
3.4 Recrutamento e Seleção.....	12
3.5 Formação Profissional	13
3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEFP	13
Estágios Profissionais e Curriculares.....	14
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.....	15
Situação Económica/ Financeira	16
4. Análise da Execução Orçamental	17
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	17
Equilíbrio Orçamental	22
4.2 Receita.....	24
Estrutura e Evolução	24
Execução Orçamental	31
Saldo de Gerência Anterior.....	33
4.3 Despesa	35
Estrutura e Evolução	35
Execução Orçamental Despesa	43
Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)	45
Despesa com o Pessoal	47
Fundo Social Municipal	52
Transferências Correntes e de Capital	54
Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia	55
Aquisição de Bens de Capital	56
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa.....	60
4.5 Indicadores Económico - Financeiros	61
4.6 Endividamento	62
5. Balanço e Demonstração de Resultados.....	69
5.1 Balanço	69
5.2 Demonstração de Resultados.....	76
Custos.....	77
Proveitos	78
6. Aplicação de Resultados.....	80
7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício	81
8. Contabilidade de Custos.....	82
8.1 Análise de Custos.....	82
8.2 Análise de Proveitos	84
9. Considerações Finais	87

1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2017, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001 e Resolução 6/2013, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea l), do n.º 2, do Artigo 25º e na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Por seu lado, compete à Assembleia Municipal, nos termos do n.º1, do art.º.76º, da Lei, n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a sua apreciação e votação - Controlo Político. Cabe ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no art.º 80º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direção-Geral das Autarquias Locais e Direção-Geral do Orçamento.

Para além das obrigações legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2017.

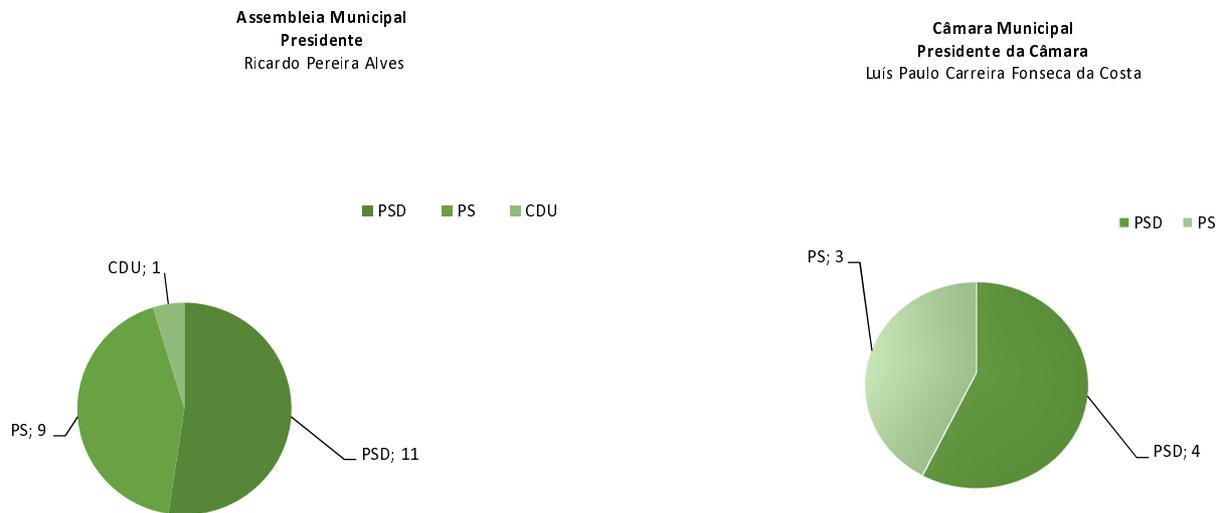
O ano de 2017 ficou fortemente marcado pelos incêndios ocorridos em outubro e que atingiram grande parte do território do Concelho de Arganil.

Tal acontecimento provocou danos de várias naturezas, quer no património público, quer privado e que teve e terá fortes implicações no orçamento municipal. Os danos ocorridos em infraestruturas rodoviárias, de abastecimento de água, de recolha de efluentes, edifícios e outros bens do património da Autarquia implicarão um esforço financeiro inesperado e inestimável o qual já se iniciou em 2017 mas que só nos anos futuros ficará concluído.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2017-2021



Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 18 de fevereiro, 25 de abril, 24 de junho e 23 de outubro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2017 a Câmara Municipal efetuou 27 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.

Luís Paulo Carreira Fonseca da
Costa
Presidente

Planeamento Estratégico e Desenvolvimento
Económico, Obras Municipais, Administração
Direta, Juntas de Freguesias, Gestão Financeira,
Proteção Civil e Segurança, Relações
Institucionais e Turismo

Paula Inês Moreira Dinis
Vice-Presidente

Luís Miguel das Neves Campos
Almeida
Vereador

Érica Galdes Castanheira
Vereadora

Cultura e Património, Saúde e
Associativismo

Educação e Qualificação, Ação
Social, Juventude e Desporto,
Gestão Administrativa,
Qualidade e Modernização
Administrativa

Ambiente, Mobilidade, Energia,
Floresta e Recursos Endógenos,
Recursos Humanos,
Ordenamento do Território e
Urbanismo

Vereadores sem Pelouro atribuído

Rui Miguel da Silva
Vereador

Fernando José Ribeiro Cavaleiro
da Maia Vale
Vereador

Tyoga Shylo Norma Macdonald
Vereadora

Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Secretária do Presidente: Susana Marina Lobo da Costa

Secretária da Vereação: Diana Raquel Simões Moura

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

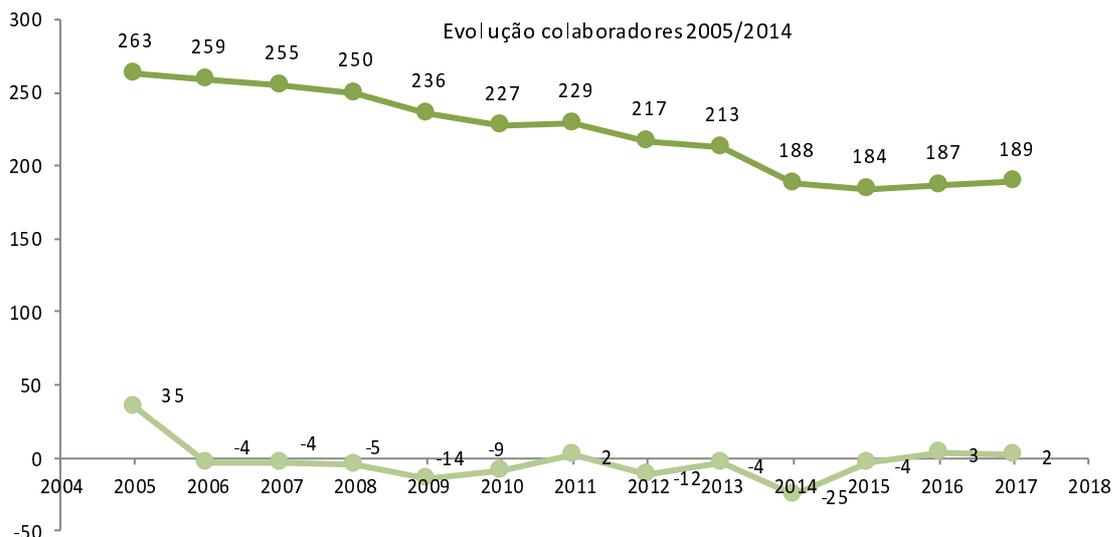
A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2017 foi dirigida para a otimização e flexibilização das competências profissionais disponíveis, intensificando a utilização das tecnologias de informação e comunicação, focalizando o serviço público na satisfação dos cidadãos mas continuando a contribuir para a consolidação da despesa na área, através do controlo rigoroso da rotação de trabalhadores e revalorizando as metodologias existentes da gestão pública.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2017, evidencia o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências.

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2017

Ao longo dos últimos treze anos foi registada uma diminuição significativa do pessoal ao serviço da Autarquia. Relativamente ao ano de 2017, verificou-se um acréscimo de 2 trabalhador, perfazendo 189 no final do ano transato.

Quadro Comparativo 2004/2017														
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nomeação Definitiva	193	202	200	186	185									
Contrato Administrativo de Provisamento	3	4	1	0	0	178	200	202	195	196	183	173	174	173
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado			2	11	22	22								
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	18	48	41	41	40	33	25	25	19	15	3	8	10	15
Requisições a Outros	2	1	1	1	0									
Requisições de Outros				0	1									
Destacamentos				2	0									
Cedência Especial CMA			2	1	0									
Comissão de Serviço									2	1	1	2	2	0
Mobilidade interna a outros				1	1	2	1	1						
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	11	12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	227	262	258	255	250	236	227	229	217	213	188	184	187	189



Análise de dados por Vínculo:

- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 92,02%;
- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 7,98%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,53%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que, relativamente ao ano anterior, em 2017 foi registado um aumento não significativo do número de trabalhadores ainda assim, justificado pela necessidade de dotar a Autarquia dos recursos e competências suficientes que garantam a prossecução, com qualidade, das atribuições autárquicas, compensando a saída de trabalhadores nos últimos anos, por aposentação, antecipada ou por situação de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas.

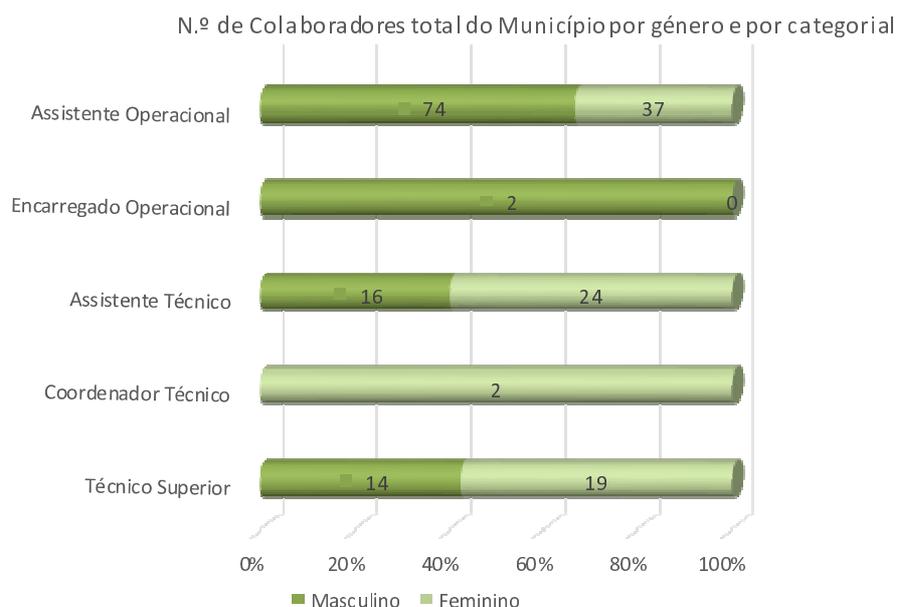
Dos trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado verifica-se que 127 pertencem ao regime de proteção social convergente (Caixa Geral de Aposentações) e 46 ao regime geral de segurança social, registando este último grupo um aumento face a anos anteriores, confirmando assim a reestruturação do regime de proteção social dos trabalhadores da administração pública operada desde 2006. Considerando estes dois grupos de trabalhadores destacam-se os seguintes encargos, cuja despesa, face ao ano transato, diminuiu relativamente ao regime de proteção social convergente e aumentou relativamente ao regime geral da segurança social, acompanhando a reestruturação anteriormente mencionada e aumentando no cômputo global (destaca-se neste âmbito a influência da subida legal do subsídio de refeição e o acréscimo relativo ao trabalho suplementar provocado pela necessidade de intervenção nos incêndios e outras contingências municipais):

Trabalhadores CTFP por tempo indeterminado						
	2015		2016		2017	
	RPSC	RGSS	RPSC	RGSS	RPSC	RGSS
Remuneração base	1.190.051,00	335.643,41	1.174.205,72	367.607,33	1.158.963,80	402.843,11
Subsídio de férias	125.114,76	31.678,71	103.953,25	29.768,36	99.031,11	34.895,81
Subsídio de natal	107.588,49	29.297,04	103.897,73	32.813,60	100.363,70	34.872,91
Subsídio de refeição	129.944,29	38.071,32	122.126,27	39.984,28	128.423,43	45.640,41
Encargos com a saúde - Retenção DGAL para SNS	61.112,06		52.343,04		22.961,10	
Encargos com a saúde - ADSE (RO's e acordo de pagamento)	46.154,01		55.961,44		67.421,58	
Encargos com a saúde (ADSE)	26.166,69	4.162,28	21.007,16	3.663,45	17.498,47	5.092,21
Ajudas de Custo	5.117,15	792,34	4.727,94	800,22	5.112,88	1.462,66
Trabalho Suplementar	28.394,42	3.000,83	33.925,87	7.511,82	34.377,36	13.603,81
Suplementos remuneratórios	11.095,11	925,31	14.059,79	2.839,43	13.412,52	3.410,04
Abono de família	21.747,13	RGSS	16.767,20	RGSS	15.146,65	RGSS
Remuneração paga em doença	61.149,73	RGSS	60.049,54	RGSS	36.405,35	RGSS
Proteção na parentalidade	32.006,80	RGSS	3.197,82	RGSS	382,38	RGSS
Pensões	11.369,13	RGSS	9.286,49	RGSS	9.313,03	RGSS
Rescisões por mútuo acordo	83.289,91	Não aplicável	-	-	-	-

Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género

Trabalhadores em CTFP por tempo indeterminado			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	10	18	28
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	15	22	37
Encarregado Operacional	2	0	2
Assistente Operacional	72	32	104
Total	99	74	173

Trabalhadores com termo resolutivo certo			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	4	1	5
Assistente Técnico	1	2	3
Assistente Operacional	2	5	7
Total	7	8	15



Quanto ao género, 56% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 44% do género feminino, sublinhando-se que 70% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional e a maioria dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos por Grupo Profissional e Grau de Deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 188 colaboradores do Município de Arganil, 2,13% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	0	1	1
Assistente Técnico	1	0	1
Assistente Operacional	1	1	2
Total	2	2	4

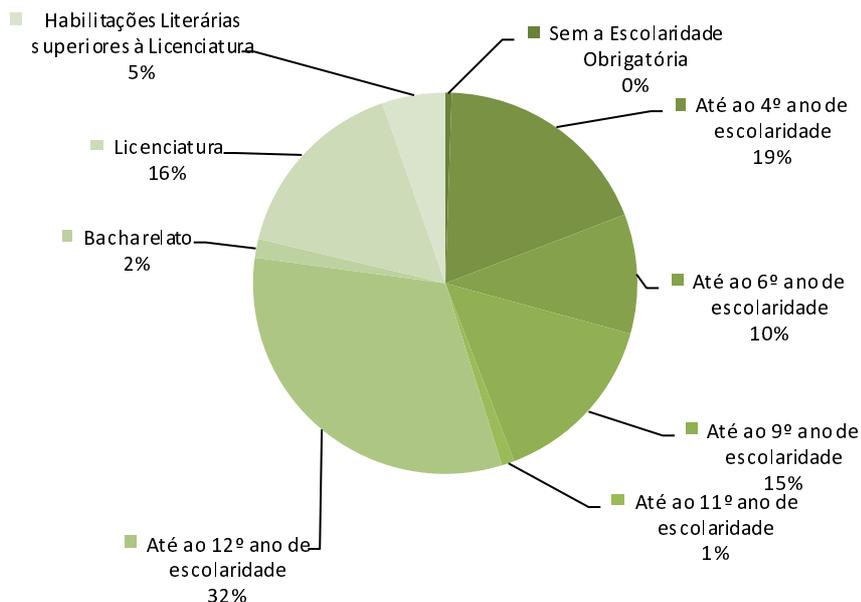
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 56,91% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 59 anos de idade e nesse intervalo, 61,68% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 44 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 50 anos.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade							
Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Total
	M	F	M	F	M	F	
(25 - 29)	4	1	0	0	0	0	5
(30 - 34)	2	4	2	1	0	1	10
(35 - 39)	3	4	0	5	2	4	18
(40 - 44)	4	4	1	4	8	5	26
(45 - 49)	0	2	4	7	11	10	34
(50 - 54)	0	1	2	1	22	10	36
(55 - 59)	0	2	5	7	22	2	38
(60 - 64)	1	2	2	1	9	2	17
(65 - 69)	0	0	0	0	2	3	5
TOTAL	14	20	16	26	76	37	189

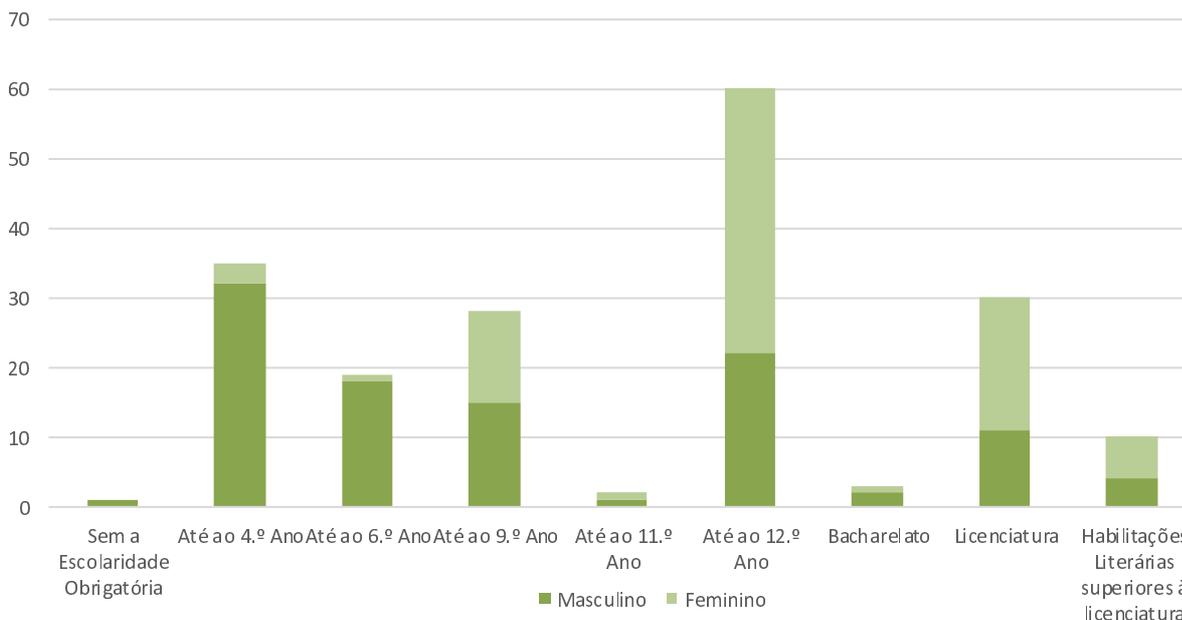
Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade

Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Total
	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	1	0	1
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	32	3	35
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	18	1	19
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	1	2	14	11	28
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	1	0	0	1	2
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	12	19	10	19	60
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	3
Licenciatura	10	12	1	5	1	2	31
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	4	6	0	0	0	0	10
TOTAL	15	19	16	26	76	37	189



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 19,15% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 10,11% detêm o 2º ciclo e 14,89% têm o 3º ciclo. 77,13% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 22,87% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil continua a aumentar ao longo do tempo.

Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município por género



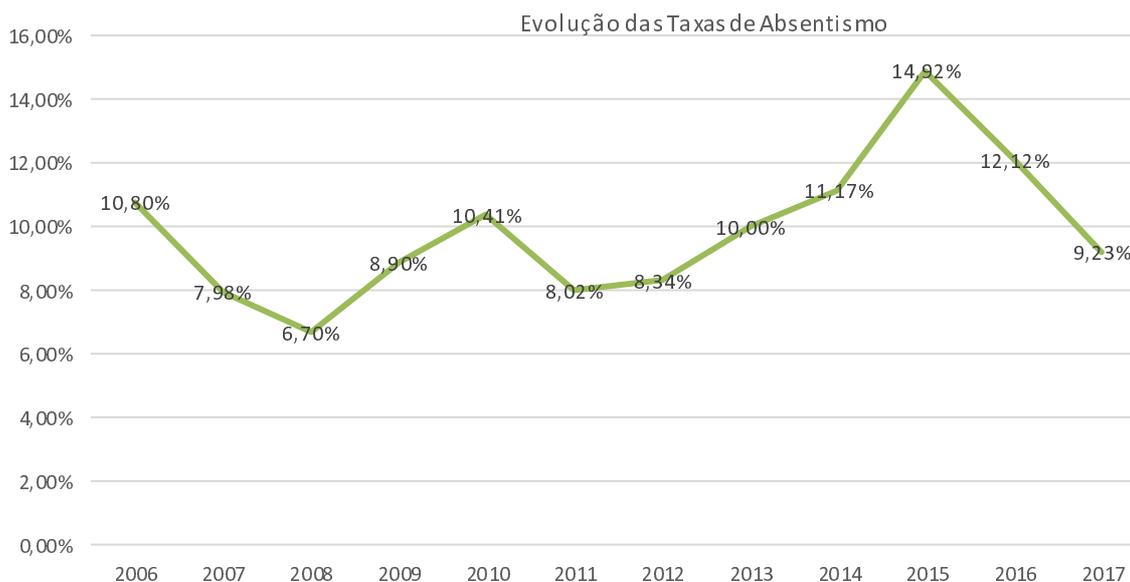
3.3 Absentismo

Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por conta do período de férias	117,5	3,06%
Falta por greve	2	0,05%
Falta por falecimento de familiar	47	1,22%
Falta por atividade sindical	10,5	0,27%
Falta participação mesa eleitoral	11	0,29%
Falta eleito local	30,5	0,79%
Falta candidatura eleitoral	38	0,99%
Proteção na parentalidade	640	16,68%
Faltas para Consultas Médicas	223,5	5,82%
Consultas médicas ou tratamento ambulatório com familiares	199,5	5,20%
Faltas por doença	2156	56,18%
Falta para Assistência a Familiares	36	0,94%
Falta por Acidente em Serviço	212	5,52%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	61,5	1,60%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	4	0,10%
Acompanhamento escolar	2	0,05%
Falta autorizada (incêndios)	22	0,57%
Dispensa para serviço aos Bombeiros	24,5	0,64%
Total	3837,5	100,00%

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2017, considerando os seguintes fatores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, exceto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2017 (188) e o total de faltas registado no mesmo ano (3.837,50).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2017 situou-se nos 9,33%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos doze anos:



As ausências que maior peso tiveram na taxa de absentismo em causa foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade e faltas para consultas médicas, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

Relativamente às faltas por doença, 91,65% correspondem a trabalhadores enquadrados no regime de proteção social convergente e o cômputo das faltas no âmbito da proteção na parentalidade (maternidade, gravidez de risco e paternidade) foi integralmente registado por trabalhadores do regime geral da segurança social.

Para além das ausências que têm maior peso na taxa de absentismo, as ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram as registadas por conta do período de férias.

Comparativamente com o ano de 2016, a taxa de absentismo decresceu 2,79% tendo sido as faltas relativas à doença aquelas que mais contribuíram para esse decréscimo.

3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2017 foram abertos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento:

Vínculo	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Unidade Orgânica
CTFP por tempo indeterminado	Técnico Superior	Economia	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
		Edifícios e equipamentos	4	Divisão de Gestão Urbanística
	Assistente Operacional	Piscina Municipal de Arganil	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
CTFP com tempo resolutivo certo		Comunicação multimédia	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Técnico Superior	Engenharia Eletromecânica	1	Divisão de Gestão Urbanística
	Assistente Operacional	Serviços gerais	4	Subunidade de Administração Geral

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 2,55 horas de formação profissional em 2017, considerando o volume de 480,5 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 101,5 horas de autoformação profissional. No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 11 ações de formação profissional por um total de 8 trabalhadores.

Formação 2017				
Area de Formação	Designação da Ação	Duração em Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora
Gestão	LOE 2017 - Implicações nas Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais	7	3	CIM RC
	Sessão de Divulgação “programa Valorizar”	3,5	1	CCDRC
	Implicações na gestão de recursos humanos das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais da LOE2017	7	1	CIM RC
	Sessão de esclarecimento “POSEUR”	7	1	POSEUR
	Alteração ao CCP	7	5	CIM RC
	Roadshow de apresentação das alterações ao CCP	2	1	IMPIC
	Revisão do CCP	12	1	ATAM
	SNC - AP	7	7	AIRC
	Gestão de Recursos Humanos e o Siadap Local	6	1	ATAM
Suporte	Curso de encadernação e restauro de livros	40	1	CEARTE
	Atualização científica de Segurança no Trabalho	31	1	Training House
	Sessão de esclarecimento no âmbito do Regulamento do Tarifário de Resíduos Urbanos	2	1	ERSAR
	Ação de apoio técnico ao reporte de informação das entidades gestoras – reporte de contas	7	2	ERSAR
	I Encontro de Arquivos	6	3	CIM RC
Desporto	Seminário – Superar desafios para atingir uma gestão piscina eficiente	3,5	1	Portugal Aqua Training
	40º Congresso APTN	14	2	APTN e FPN
	Modelo de Referência da FPN para o ensino e aperfeiçoamento técnico	7	3	FPN
	VIII Meeting de Treinadores de Futebol	7	2	FCDEFC
Educação e Ação Social	Encontro Regional – Processo de recolocação de pessoas refugiadas em Portugal	7	1	Alto Comissariado para as Migrações
	Avaliação do potencial de mudança das famílias	3,5	1	CPCJ
	Intervenção em crianças e jovens em situação de violência doméstica	30	1	Associação de Mulheres Contra a Violência
	Novo Guia de Intervenção em Violência Doméstica e de Género	4	3	SIG
	Matriz Govint – um desafio para as CPCJ	30	1	CPCJ
	II Encontro “Trauma, medo e violência”	7	1	CHUC
	Programa de treino sobre Noções Básicas de Higiene e Saúde Alimentar	4	3	MA
Turismo	Vê Portugal – IV Fórum do Turismo Interno	21	1	Turismo do Centro
Urbanismo, Engenharia e	Iluminação, Tecnologias e Luminotecnia	7	1	CERTIEL
	Reabilitação de infraestruturas de água e saneamento	4	2	MAPEI
Ambiente e Florestas	Leading Quality Trails	14	1	LQT
Bibliotecas	XV Encontro de Literatura Infantojuvenil	18	2	CM Pombal

3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEFP

No ano de 2017 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados. Neste contexto, o Município de Arganil promoveu contratos emprego-inserção, medida direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de trabalho socialmente necessário durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2017, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 9 projetos neste âmbito, num total de 17 trabalhadores ocupados.

Contratos Emprego - Inserção			
Área de atividade	Género e N.º de colaboradores ocupados		Tipo
	M	F	
Serviços Administrativos	0	2	Contratos Emprego-inserção
Limpeza e conservação de espaços públicos	2	6	
Serviços Administrativos	0	1	
Apoio à infância	0	6	Contratos Emprego-inserção +
TOTAL	2	15	*

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2017 o Município de Arganil acolheu 15 estágios curriculares consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal. No ano transato não foram promovidos estágios profissionais em virtude de não ter sido lançada nova edição do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local.

Estágios		
Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de instalações elétricas	1	IEFP
Empreendedorismo, artes e ofícios	1	Agrupamento de Escolas de Arganil
Comércio	1	
Turismo Ambiental	4	
Técnico de Multimédia	6	
Técnico de Planeamento Regional e Urbano	1	
Turismo e Lazer	1	Instituto Politécnico da Guarda
TOTAL	15	

Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

O Município de Arganil detém as áreas da higiene, segurança e saúde no trabalho contratualizadas externamente e de cujas prestações de serviços resultou a emissão de 175 fichas de aptidão para o trabalho (medicina no trabalho) e um investimento com as citadas estruturas no sentido do cumprimento das obrigações de saúde, higiene e segurança no trabalho de 4.957,38€.

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2017.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2017.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e no Orçamento de Estado.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2017 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro. Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 28 de outubro e 26 de novembro de 2016.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2017, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2017 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 22.001.019,00€, tendo registado um acréscimo de 3.312.646,00€ (17,73%), relativamente ao exercício de 2016.

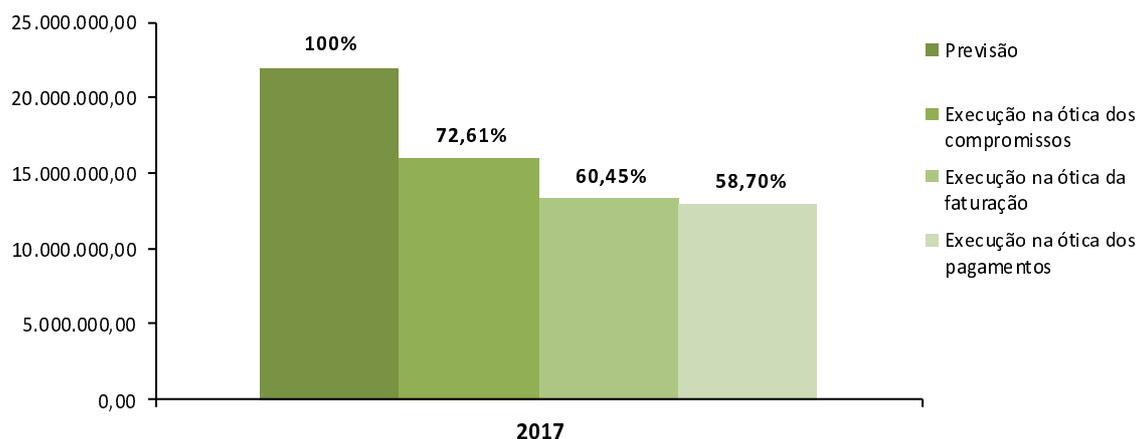
O Orçamento Inicial da Receita para 2017 foi aprovado com um valor total de 22.001.019,00€ dos quais 12.022.045,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 9.978.974,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

A receita total cobrada totalizou a importância de 13.110.938,21€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 59,59%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 22.001.019,00€, correspondendo 9.569.237,00€ às despesas correntes e 12.431.782,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 58,70%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 72,61%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer à data de 31-12-2017. Devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 58,70% (em 2010 foi de 67,81%, em 2011 de 73,94%, em 2012 76,96%, em 2013 de 66,72%, em 2014 73,90%, em 2015 de 68,12% e em 2016 61,29%).



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, apesar da revisão orçamental ocorrida no exercício, uma vez que essa não teve como efeito qualquer aumento quer de despesa, quer de receita. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 19 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2017, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais.

Execução Orçamental 2017

	Inicial	Orçamento Orçamento Final	Variação	Execução		
				Valor Executado	Desvio	%
Receita						
01- Impostos diretos	1704.803,00	1704.803,00	0,00	1609.198,65	-95.604,35	94,39%
02- Impostos indiretos	76.479,00	76.479,00	0,00	87.060,13	10.581,13	113,84%
04 - Taxas multas e outras penalidades	329.841,00	329.841,00	0,00	415.388,29	85.547,29	125,94%
05 - Rendimentos de propriedade	1304.962,00	1304.962,00	0,00	1090.905,93	-214.056,07	83,60%
06 - Transferências correntes	5.887.315,00	5.887.315,00	0,00	6.007.214,64	119.899,64	102,04%
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.576.922,00	2.576.922,00	0,00	1218.683,37	-1358.238,63	47,29%
08 - Outras receitas correntes	141.723,00	141.723,00	0,00	70.651,47	-71.071,53	49,85%
Total das Receitas Correntes	12.022.045,00	12.022.045,00	0,00	10.499.102,48	-1.522.942,52	87,33%
09 - Venda de bens de capital	265.000,00	265.000,00	0,00	0,00	-265.000,00	0,00%
10 - Transferências capital	9.712.474,00	8.453.787,52	1.258.686,48	1.283.262,74	-7.170.524,78	15,18%
13 - Outras receitas de capital	1.000,00	1.000,00	0,00	65.222,00	64.222,00	6522,20%
Total das Receitas de Capital	9.978.474,00	8.719.787,52	1.258.686,48	1.348.484,74	-7.371.302,78	15,46%
15 - Rep. não abatidas aos pagamentos	500,00	500,00	0,00	4.664,51	4.164,51	932,90%
16 - Saldo Gerência Anterior		1.258.686,48	-1.258.686,48	1.258.686,48	0,00	100,00%
Total da Receita	22.001.019,00	22.001.019,00	0,00	13.110.938,21	-8.890.080,79	59,59%
Despesa						
01- Despesas com pessoal	3.801.387,00	3.486.137,00	315.250,00	3.271.391,04	-214.745,96	93,84%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.230.498,00	4.270.798,00	-40.300,00	3.343.905,99	-926.892,01	78,30%
03 - Juros e outros encargos	60.000,00	39.200,00	20.800,00	31.488,13	-7.711,87	80,33%
04 - Transferências correntes	1047.352,00	1.081.102,00	-33.750,00	893.458,27	-187.643,73	82,64%
06 - Outras despesas correntes	430.000,00	692.000,00	-262.000,00	634.639,02	-57.360,98	91,71%
Total das despesas correntes	9.569.237,00	9.569.237,00	0,00	8.174.882,45	-1.394.354,55	85,43%
07 - Aquisição de bens de capital	10.414.346,00	10.086.346,00	328.000,00	2.963.103,48	-7.123.242,52	29,38%
08 - Transferências de capital	966.810,00	1.285.250,00	-318.440,00	717.552,73	-567.697,27	55,83%
09 - Ativos financeiros	80.626,00	80.626,00	0,00	80.626,00	0,00	100,00%
10 - Passivos financeiros	965.000,00	970.560,00	-5.560,00	969.779,59	-780,41	99,92%
11 - Outras Despesas de Capital	5.000,00	9.000,00	-4.000,00	7.694,19	-1.305,81	85,49%
Total das despesas de capital	12.431.782,00	12.431.782,00	4.000,00	4.738.755,99	-7.693.026,01	38,12%
Total da Despesa	22.001.019,00	22.001.019,00	4.000,00	12.913.638,44	-9.087.380,56	58,70%

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 87,33% e 85,43% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	06-02-2017
2.ª Alteração	09-03-2017
3.ª Alteração	24-04-2017
4.ª Alteração	10-05-2017
5.ª Alteração	23-05-2017
6.ª Alteração	31-05-2017
7.ª Alteração	20-06-2017
8.ª Alteração	07-07-2017
9.ª Alteração	18-08-2017
10.ª Alteração	28-08-2017
11.ª Alteração	31-08-2017
12.ª Alteração	14-09-2017
13.ª Alteração	19-09-2017
14.ª Alteração	20-10-2017
15.ª Alteração	30-10-2017
16.ª Alteração	15-11-2017
17.ª Alteração	23-11-2017
18.ª Alteração	19-12-2017
19.ª Alteração	28-12-2017

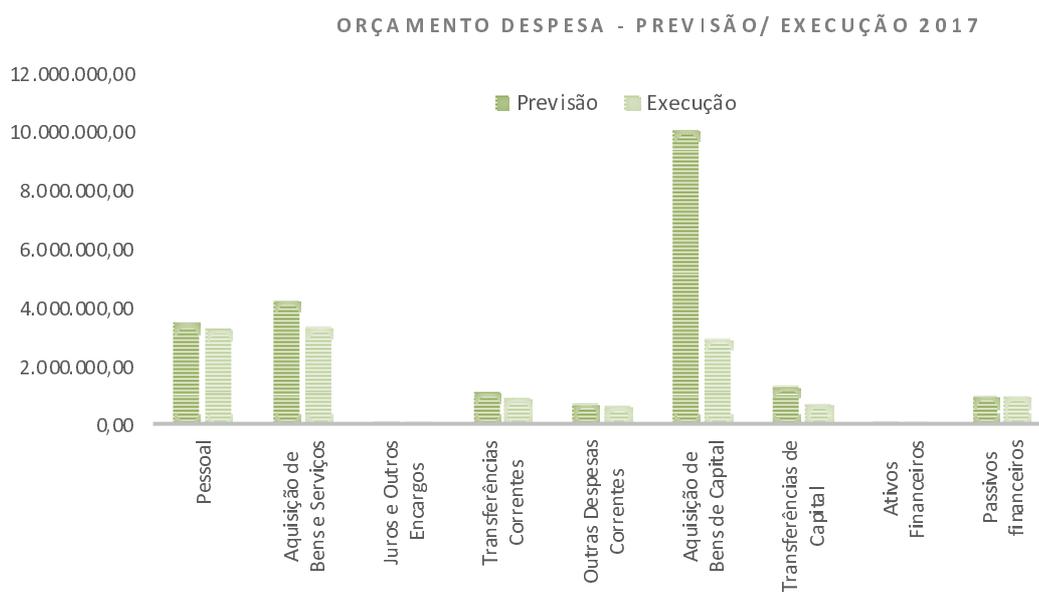
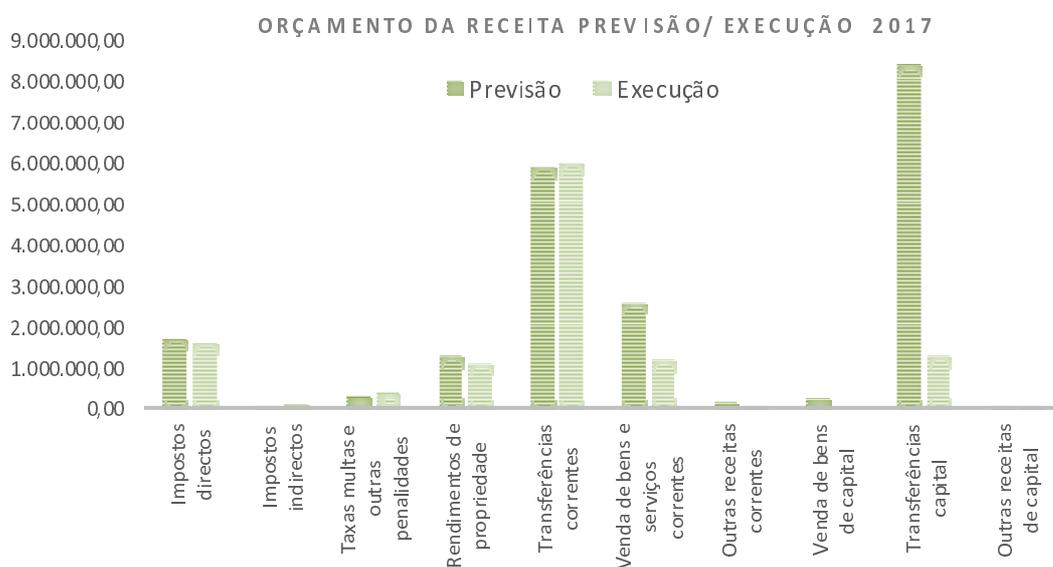
As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

Modificações Orçamentais, por Natureza Económica								
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	9.569.237,00	43,49%	986.300,00	986.300,00	9.569.237,00	43,49%	0,00	0,00
1.1 Pessoal	3.801.387,00	17,28%	70.000,00	385.250,00	3.486.137,00	15,85%	-315.250,00	-8,2
1.2 Aquisição de Bens	712.500,00	3,24%	136.300,00	56.000,00	792.800,00	3,60%	80.300,00	11,2
1.3 Aquisição de Serviços	3.517.998,00	15,99%	398.500,00	438.500,00	3.477.998,00	15,81%	-40.000,00	-1,1
1.4 Juros e Outros Encargos	60.000,00	0,27%		20.800,00	39.200,00	0,18%	-20.800,00	-34,6
1.5 Transferências Correntes	1.047.352,00	4,76%	115.000,00	81.250,00	1.081.102,00	4,91%	33.750,00	3,2
1.6 Outras Despesas Correntes	430.000,00	1,95%	266.500,00	4.500,00	692.000,00	3,15%	262.000,00	60,9
2. Despesas de Capital	12.431.782,00	56,51%	1.231.060,00	1.231.060,00	12.431.782,00	56,51%	0,00	0,00
2.1 Terrenos	70.000,00	0,32%			70.000,00	0,32%	0,00	0,0
2.2 Habitações/ Edifícios	1.750.700,00	7,96%	227.000,00	246.000,00	1.731.700,00	7,87%	-19.000,00	-1,0
2.3 Construções Diversas	7.884.206,00	35,84%	319.500,00	929.500,00	7.274.206,00	33,06%	-610.000,00	-7,7
2.4 Material de Transporte	45.000,00	0,20%	42.000,00		87.000,00	0,40%	42.000,00	93,3
2.5 Equipamento/ Software Informático	262.040,00	1,19%	49.000,00		311.040,00	1,41%	49.000,00	18,7
2.6 Equipamento Administrativo	82.400,00	0,37%	10.000,00		92.400,00	0,42%	10.000,00	12,1
2.7 Equipamento Básico	207.000,00	0,94%	200.000,00		407.000,00	1,85%	200.000,00	96,6
2.8 Ferramentas e Utensílios	5.000,00	0,02%			5.000,00	0,02%	0,00	0,0
2.9 Invest. Incorporáveis/ Artigos obj. valor	108.000,00	0,49%			108.000,00	0,49%	0,00	0,0
2.10 Transferências de Capital	966.810,00	4,39%	374.000,00	55.560,00	1.285.250,00	5,84%	318.440,00	32,9
2.11 Ativos Financeiros	80.626,00	0,37%			80.626,00	0,37%	0,00	0,0
2.12 Passivos Financeiros	965.000,00	4,39%	5.560,00		970.560,00	4,41%	5.560,00	0,5
2.13 Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,02%	4.000,00		9.000,00	0,04%	4.000,00	0,0
Total das Despesas (1)+(2)	22.001.019,00	100,00%	2.217.360,00	2.217.360,00	22.001.019,00	100,00%	0,00	0,00

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 2.217.360,00€ e por anulações de igual valor.

É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram no pessoal e outras despesas correntes, em termos correntes, e construções diversas e transferências de capital, em termos de capital.

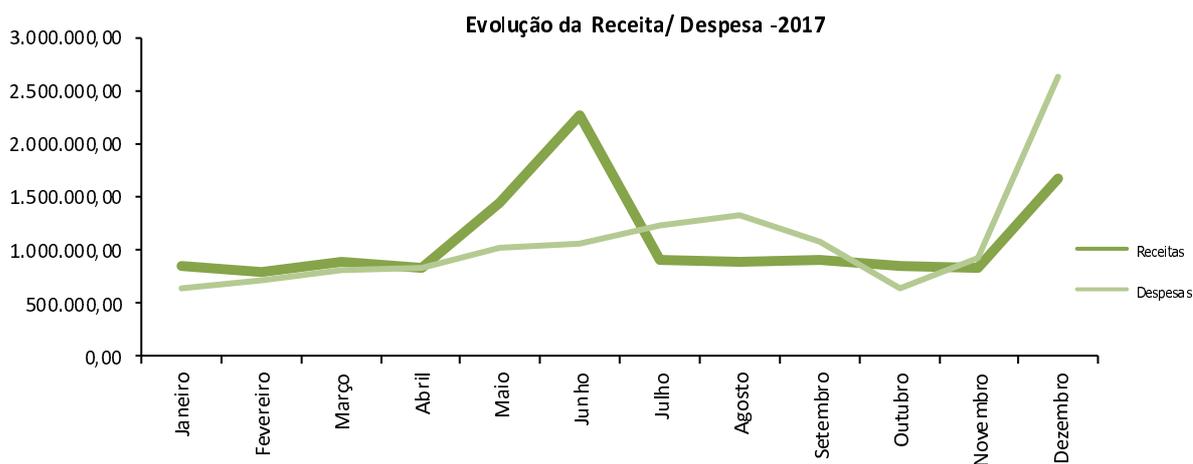
Relativamente ao Orçamento Municipal, sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências, em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa, encontram-se expostas nos gráficos seguintes.



O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

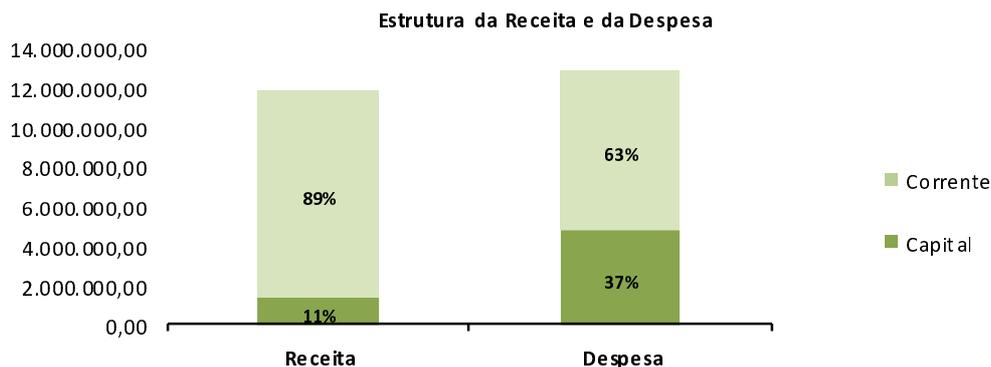
Evolução das Receitas e Despesas 2017

Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Receitas	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	791.868,27	50.056,31	0,00	841.924,58	491.832,76	148.628,57	640.461,33
Fevereiro	679.205,58	112.657,05	0,00	791.862,63	483.333,69	239.858,52	723.192,21
Março	828.437,20	50.623,53	1.961,50	881.022,23	572.579,59	231.756,52	804.336,11
Abril	771.052,59	53.863,09	0,00	824.915,68	600.549,58	225.857,30	826.406,88
Maiο	1.352.405,25	86.624,03	0,00	1.439.029,28	692.328,46	327.354,65	1.019.683,11
Junho	886.768,33	125.718,58	1.258.686,48	2.271.173,39	748.979,48	312.370,67	1.061.350,15
Julho	796.478,12	109.757,26	0,00	906.235,38	660.769,55	578.715,09	1.239.484,64
Agosto	836.872,86	49.933,00	0,00	886.805,86	649.469,28	685.197,99	1.334.667,27
Setembro	833.400,02	77.288,26	0,00	910.688,28	751.275,19	331.934,62	1.083.209,81
Outubro	707.081,22	137.881,61	927,85	845.890,68	406.771,10	223.980,56	630.751,66
Novembro	786.918,28	49.933,00	1.775,16	838.626,44	702.480,05	223.936,41	926.416,46
Dezembro	1.228.614,76	444.149,02	0,00	1.672.763,78	1.414.513,72	1.209.165,09	2.623.678,81
Total	10.499.102,48	1.348.484,74	1.263.350,99	13.110.938,21	8.174.882,45	4.738.755,99	12.913.638,44



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que entre os valores da receita e da despesa paga houve oscilações durante o ano de 2017, sendo o da primeira superior ao da segunda.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 89% e 11% respetivamente.



Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2017 uma poupança corrente de 2.324.220,03€; este montante é inferior em 9.879,37€ face ao registado no ano de 2016.

Analisando os últimos anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do *superavit* corrente, para financiar o investimento.

Equilíbrio Orçamental												
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas												
Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60	9.211.341,22	9.923.469,62	10.236.348,98	10.273.811,84	10.499.102,48
Despesas												
Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	7.280.083,85	7.744.409,68	7.571.554,13	7.939.712,44	8.174.882,45
Poupança Corrente	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1034.162,15	-241.106,24	585.117,39	647.999,55	1931.257,37	2.179.059,94	2.664.794,85	2.334.099,40	2.324.220,03

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2017, a aplicação desta norma, e considerando as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo pagas em 2017 traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental de 1.425.413,00€ cumprindo-se com margem o limite legal.

**Equilíbrio Orçamental - nos termos da Lei das Finanças Locais
artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro**

Rúbricas de 2017		
A	Receita corrente bruta	10.564.515,32
B	Despesas correntes	8.174.882,45
C	Amortizações empréstimos MLP	964.219,87
A-B-C	Saldo de equilíbrio orçamental	1.425.413,00

Caso fosse considerado as despesas correntes comprometidas para a aferição do equilíbrio orçamental o saldo seria 680.823,39€.

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

A entrada em vigor já em 2012 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

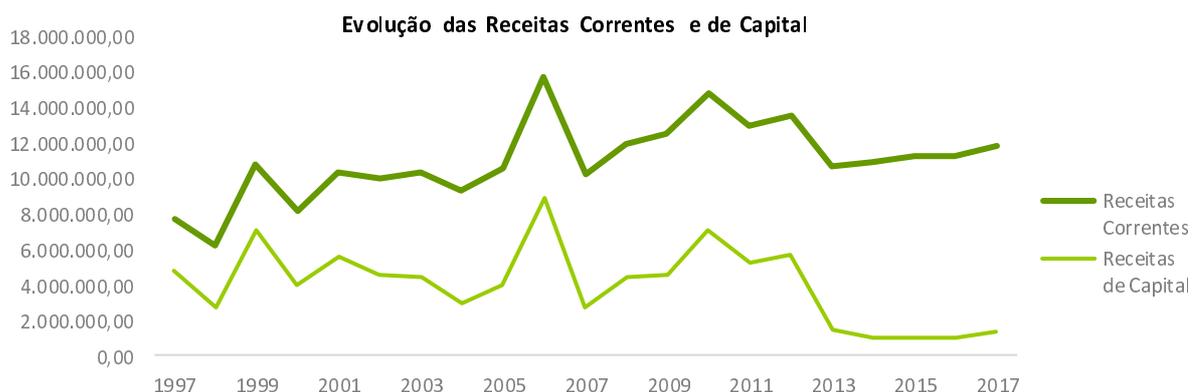
No início da presente década os Municípios têm visto reduzidas, ou não aumentadas, de acordo com o previsto, as transferências do Orçamento de Estado, o que é bastante penalizador para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 48% das receitas totais. Estas reduções provocam uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2017 houve um aumento das transferências do Orçamento de Estado, contudo esses aumentos ainda não superaram as reduções verificadas em anos anteriores.

No quadro seguinte evidencia-se a evolução das transferências do OE:

Transferências Orçamento de Estado													Variação Valor
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
5.979.887,00	5.979.887,00	5.979.887,00	6.278.881,00	6.592.825,00	6.660.405,00	6.327.385,00	6.010.986,00	6.010.986,00	5.845.512,00	5.976.693,00	6.060.673,00	6.257.443,00	0,00
0,00%													0,00
	0,00%												298.994,00
		5,00%											313.944,00
			5,00%										67.580,00
				1,03%									-333.020,00
					-5,00%								-316.399,00
						-5,00%							0,00
							0,00%						-165.474,00
								-2,75%					131.181,00
									2,24%				83.980,00
										1,41%			196.770,00
											3,25%		

No exercício de 2017, a receita arrecadada totalizou a importância de 11.847.587,22€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gestão anterior) e apresentou um acréscimo face a 2016 de 552.451,12€, que corresponde a cerca de 4,9%.

Analisando a evolução global das receitas, constata-se que no ano de 2017 a receita voltou, de forma mais acentuada face a anos anteriores, a crescer. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.



No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

O crescimento acentuado quer em 2013, quer em 2014 das receitas correntes resulta também do facto de naqueles anos terem ocorrido alterações na arrecadação do FEF em termos correntes e de capital (até 2012 FEF corrente – 60%; a partir de 2014 FEF corrente 90%).

Do total da receita arrecadada, 10.499.102,48€ (88,62%) dizem respeito à receita corrente e 1.348.484,74€ (11,38%), à receita de capital. Verifica-se, assim, que a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2013, para melhor perceção do comportamento da receita.

Evolução das Receitas Municipais no período de 2013 a 2017

Designação	2013		2014		2015		2016		2017			Var 16/2017	
	Valor	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	%						
Total da Receita Corrente	9.211.341,22	85,77%	9.923.469,62	90,92%	10.236.348,98	91,34%	10.273.811,84	90,96%	10.499.102,48	100,00%	88,62%	2.252.90,64	2,19%
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.189.491,48	11,08%	1.359.250,10	12,45%	1.328.787,40	11,86%	1.215.146,43	10,76%	1.166.245,46	11,11%	9,84%	-48.900,97	-4,02%
Imp. Único de Circulação	247.473,45	2,30%	219.775,74	2,01%	210.028,23	1,87%	217.969,58	1,93%	232.205,51	2,21%	1,96%	14.235,93	6,53%
IMT	175.511,70	1,63%	123.577,92	1,13%	231.790,64	2,07%	160.135,69	1,42%	210.747,68	2,01%	1,78%	50.611,99	3,16%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	58.837,85	0,55%	65.669,99	0,60%	87.379,19	0,78%	82.316,30	0,73%	87.060,13	0,83%	0,73%	4.743,83	5,76%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	313.175,19	2,92%	324.906,45	2,98%	321.662,32	2,87%	348.630,51	3,09%	415.388,29	3,96%	3,51%	66.757,78	19,15%
Rendimentos de propriedades	1019.324,27	9,49%	1.152.679,76	10,56%	1.107.113,70	9,88%	1.109.183,99	9,82%	1.090.905,93	10,39%	9,21%	-18.278,06	-1,65%
Participações do Município nos Imp. do Estado	4.883.349,00	45,47%	5.298.824,00	48,55%	5.405.572,00	48,23%	5.481.154,00	48,53%	5.658.247,00	53,89%	47,76%	177.093,00	3,23%
Outras Transferências	254.316,16	2,37%	297.654,66	2,73%	313.292,95	2,80%	274.499,65	2,43%	348.967,64	3,32%	2,95%	74.467,99	27,13%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	1.027.409,10	9,57%	1.062.769,08	9,74%	1.208.828,24	10,79%	1.227.391,21	10,87%	1.218.683,37	11,61%	10,29%	-8.707,84	-0,71%
Outras Receitas Correntes	42.453,02	0,40%	18.361,92	0,17%	21.894,31	0,20%	157.384,48	1,39%	70.651,47	0,67%	0,60%	-86.733,01	-55,11%
Total Receita de Capital	1.528.352,25	14,23%	991.482,61	9,08%	970.608,88	8,66%	1.021.324,26	9,04%	1.348.484,74	100,00%	11,38%	3.271.60,48	32,03%
Venda de Bens de Investimento	67.431,10	0,63%	163.386,00	1,50%	0,00	0,00%	5120,71	0,05%	0,00	0,00%	0,00%	-5.120,71	-100,00%
Participações do Município nos Imp. do Estado	1.127.637,00	10,50%	546.688,00	5,01%	571.121,00	5,10%	579.519,00	5,13%	599.196,00	44,43%	5,06%	19.677,00	3,40%
Outras Transferências	328.307,86	3,06%	256.301,03	2,35%	396.200,77	3,54%	404.110,89	3,58%	684.066,74	50,73%	5,77%	279.955,85	69,28%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-
Outras Receitas de Capital	4.976,29	0,05%	25.107,58	0,23%	3.287,11	0,03%	32.573,66	0,29%	65.222,00	4,84%	0,55%	32.648,34	100,23%
Total das Receitas sem Reposições e sem Saldo Gerência Anterior	10.739.693,47	100%	10.914.952,23	100%	11.206.957,86	100%	11.295.136,10	100%	11.847.587,22	100%	100%	88.178,24	0,78%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos/ Saldo de Gerência	441.219,91		1.211.544,79		1.224.767,17		1.374.408,36		1.263.350,99			-111.057,37	-8,08%
Total das Receitas	11.180.913,38		12.126.497,02		12.431.725,03		12.669.544,46		13.110.938,21			441.393,75	3,48%

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Evolução das Receitas Correntes Cobradas no período de 2013 a 2017							
Designação	2013	2014	2015	2016	2017	Var 16/17	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Impostos Directos	1.612.476,63	1.702.603,76	1.770.606,27	1.593.251,70	1.609.198,65	15.946,95	1,00
Imp. Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	1.189.491,48	1.359.250,10	1.328.787,40	1.215.146,43	1.166.245,46	-48.900,97	-4,01
Imp. Único de Circulação/ IMV	247.473,45	219.775,74	210.028,23	217.969,58	232.205,51	14.235,93	6,52
IMT	175.511,70	123.577,92	231.790,64	160.135,69	210.747,68	50.611,99	31,60
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	58.837,85	65.669,99	87.379,19	82.316,30	87.060,13	4.743,83	5,76
Mercados e Feiras	1750,00	2.953,60	3.618,64	6.862,76	3.148,55	-3.714,21	-54,11
Loteamentos e Obras	6.873,34	11.901,96	14.703,32	17.601,30	22.643,58	5.042,28	28,63
Ocupação da Via Pública	4.760,32	6.181,60	5.183,36	5.585,37	4.853,01	-732,36	-13,11
Publicidade	3.079,76	1.845,83	1.161,29	819,54	1.553,59	734,05	89,51
Saneamento empresas	42.342,63	42.755,20	62.696,68	51.192,93	54.825,50	3.632,57	7,11
Outros	3180	3180	15,90	254,40	35,90	-218,50	-85,85
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	313.175,19	324.906,45	321.662,32	348.630,51	415.388,29	66.757,78	19,15
Mercados e Feiras	40.780,48	40.435,11	40.059,36	35.426,52	37.583,36	2.156,84	6,09
Loteamentos e Obras	25.459,69	43.410,10	13.994,68	24.143,58	35.716,58	11.573,00	47,91
Ocupação da Via Pública	6.179,17	9.085,07	6.302,21	5.671,95	5.695,56	23,61	0,41
Caça, uso e porte de arma	9,65	3,24	31,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento - Particulares	196.675,38	189.159,57	224.072,84	251.738,29	277.003,14	25.264,85	10,03
Outras	2.021,56	16.510,57	13.249,16	12.437,96	11.910,67	-527,29	-4,23
Juros de Mora	8.586,96	15.392,70	16.565,72	13.035,02	40.687,33	27.652,31	212,11
Juros compensatórios	7.093,87	2.319,27	800,95	904,71	1.569,49	664,78	73,41
Coimas e Penalidades por contraordenações	5.958,03	8.422,20	6.278,34	5.272,48	3.621,04	-1.651,44	-31,33
Multas e Penalidades Diversas	2.220,40	168,62	308,00	0,00	1.601,12	1.601,12	100,00
4. Rendimentos de propriedades	1.019.324,27	1.152.679,76	1.107.113,70	1.109.183,99	1.090.905,93	-18.278,06	-1,65
Bancos e Outras Instituições financeiras	521,77	1.095,77	436,41	592,58	233,64	-358,94	-60,51
Empresas Munic. e Inter./ Empresas Públicas	1.765,61	12.964,26	20.401,13	25.400,50	11.270,31	-14.130,19	-55,61
Terrenos/ Edifícios	1.130,00	0,00	4.164,37	4.172,66	7.174,24	3.001,58	71,91
Bens de Domínio Público	514.013,39	586.074,78	569.038,58	569.516,45	575.778,30	6.261,85	1,10
Outros	50.189,50	552.544,95	513.073,21	509.501,80	496.449,44	-13.052,36	-2,56
5. Transferências Correntes	5.137.665,16	5.596.478,66	5.718.864,95	5.755.653,65	6.007.214,64	251.560,99	4,37
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.510.548,00	4.920.195,00	5.140.090,00	5.215.672,00	5.392.765,00	177.093,00	3,41
Fundo Social Municipal	199.598,00	199.598,00	265.482,00	265.482,00	265.482,00	0,00	0,00
Participação Variável no IRS	173.203,00	179.031,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	65.884,00	82.920,11	17.036,11	43.638,55	76.194,45	32.555,90	74,61
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	1329,60	1992,32	33.913,26	30.624,49	16.295,24	-14.329,25	-46,71
Serviços e fundos autónomos	129.206,78	153.722,28	169.397,04	135.340,59	200.429,30	65.088,71	48,03
Serv.fund.autón.-Subsist.prof.famil.polít.act.FEP	37.468,61	48.775,72	62.213,85	48.804,02	41.400,49	-7.403,53	-15,11
Segurança social	20.427,17	10.244,23	30.732,69	16.092,00	14.648,16	-1.443,84	-8,91
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	1.027.409,10	1.062.769,08	1.208.828,24	1.227.391,21	1.218.683,37	-8.707,84	-0,71
Venda de Bens	388.206,68	411.160,48	455.663,11	466.244,86	445.346,67	-20.898,19	-4,47
Venda de Serviços	590.922,57	602.079,07	673.241,57	698.011,45	738.127,41	40.115,96	5,74
Rendas	48.279,85	49.529,53	79.923,56	63.134,90	35.209,29	-27.925,61	-44,21
7. Outras Receitas Correntes	42.453,02	18.361,92	21.894,31	157.384,48	70.651,47	-86.733,01	-55,11
Total	9.211.341,22	9.923.469,62	10.236.348,98	10.273.811,84	10.499.102,48	225.290,64	2,19

No exercício de 2017, as receitas correntes cresceram 2,19% (mais 225.290,64€), comparativamente a 2016, sendo as variações mais significativas provenientes das transferências correntes, consequência do aumento do FEF, e das taxas, multas e outras penalidades.

Os Impostos Diretos cobrados, no valor de 1.593.251,70€, totalizaram mais 15.946.95€ (1%), este valor resulta do aumento da receita de IUC (Imposto Único de Circulação) e IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis).

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com o serviço de loteamentos e obras. No ano de 2017, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 87.060,13€ representando mais 4.743,83€ (5,76%) do que no ano anterior.

Por sua vez as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um acréscimo de 66.757,78€ (19,15%), como resultado do aumento da cobrança da rubrica de juros de mora e saneamento particulares; este último consequência da atualização do regulamento de serviço de distribuição / abastecimento de água e sistema de saneamento de águas residuais).

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 1.090.905,93€ (menos 18.278,06€ do que no período homólogo de 2016), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 6.007.214,64€, apresentando um aumento no valor de 251.560,99€ (+4.37%), relativamente a 2016. Este aumento resulta essencialmente, como já anteriormente foi referido, do aumento das transferências do FEF.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 57%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 46%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 1.218.683,37€, tendo verificado um decréscimo de 0,71%. Para este valor contribuíram todas as rubricas deste agregado, em especial a rubrica de rendas de edifícios.

As Outras Receitas Correntes verificaram também um decréscimo no montante de 86.733,01€ (55,11%).

No total, a receita corrente cresceu 2,19%, relativamente ao ano de 2016, sendo a maior dos últimos 19 anos.

A receita de capital cobrada no exercício de 2017 totalizou o valor de 1.348.484,74€, a que corresponde um aumento de 327.160,48€ (32,03%) face ao ano de 2016. Os aumentos ocorreram nas rubricas do FEF, nas transferências de projetos cofinanciados, nas transferências da administração local e nas outras receitas de capital.

Evolução das Receitas de Capital Cobradas no período de 2013 a 2017

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	Var 16/17	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Terrenos	64.331,10	87.056,00	0,00	5.120,71	0,00	-5.120,71	-100,00%
2. Edifícios	0,00	76.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
3. Outros Bens de Investimento	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
3. Transferências de Capital	1.455.944,86	802.989,03	967.321,77	983.629,89	1.283.262,74	299.632,85	30,46%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.27637,00	546.688,00	571.210,00	579.519,00	599.196,00	19.677,00	3,40%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	73.398,41	73.398,41	-
Estado-Particip. comunitária project. co-financiados	327.288,31	254.513,02	392.113,49	401.959,42	606.328,03	204.368,61	50,84%
Administração local	1019,55	1788,01	4.087,28	2.151,47	4.340,30	2.188,83	101,74%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Outras receitas de capital	4.976,29	25.107,58	3.287,11	32.573,66	65.222,00	32.648,34	100,23%
Total	1.528.352,25	991.482,61	970.608,88	1.021.324,26	1.348.484,74	327.160,48	32,03%

As Transferências de Capital totalizaram a importância de 1.283.262,74€, apresentando um aumento de 299.632,85€ (30,46%), face ao ano económico de 2016. Do total das Transferências de Capital, 599.196,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 684.066,74€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 73.398,41€ do Fundo Ambiental, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Veículos Elétricos”;
- 114.453,31€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Reabilitação e Ampliação da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância do Sarzedo”;
- 72.760,20€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Casa das Coletividades”;
- 16.894,57€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Extensão do Centro de Saúde de S. Martinho da Cortiça”;
- 172.410,76€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Requalificação do Espaço Urbano Público – Vila de Arganil”;
- 80.530,30€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Qualificação do Espaço Público na Vila de Arganil: Requalificação do Largo do Cruzeiro”;
- 1.219,29€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP, referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Manutenção das Galerias Ripícolas – Rio Ceira e Ribeira de Celavisa, Teixeira, Parrozelos, Rochel e Mourísia”;

- 77.546,01€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Instalação de Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios”;
- 17.407,58€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Reabilitação e Beneficiação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha – Melhoria da Qualidade da Massa de Água Associada”;
- 53.106,01€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Fecho do Sistema de SAR de Pombeiro da Beira”;
- 4.340,30€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP’s).

As Outras receitas de Capital registaram um acréscimo de 100,23%, relativamente a 2016, valor pouco relativo em termos absoluto (32.648,34€).

O gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2017:



Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2017 previa cobranças no valor global de 22.001.019,00€, contribuindo para esse montante: as receitas correntes com 12.022.045,00€ (55%), as receitas de capital com 8.719.787,52€ (40%) e outras receitas com 1.259.186,48€ (5%).

Os dados do quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) atingiu o montante de 11.847.587,22€, tendo-se arrecadado 10.499.102,48€ de receitas correntes e 1.348.484,74€ de receitas de capital.

Mapa Resumo da Execução Orçamental da Receita 2017

	Previsões Corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de Cobrança
Receitas Correntes	12.022.045,00	10.499.102,48	-1.522.942,52	87,33%
Receitas de Capital	8.719.787,52	1.348.484,74	-7.371.302,78	15,46%
Reposições não Abatidas aos Pagamentos	500,00	4.664,51	4.164,51	932,90%
Saldo Gerência Anterior	1.258.686,48	1.258.686,48	0,00	100,00%
Total	22.001.019,00	13.110.938,21	-8.890.080,79	59,59%

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem na Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras e transferências de fundos comunitários).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2004 a 2017:

Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%	94,70%	96,88%	105,04%	104,25%	100,53%	88,86%	87,33%
Receitas Capital	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%	53,53%	61,78%	25,82%	23,82%	19,78%	17,73%	15,47%
Receita Total	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%	79,02%	74,17%	81,70%	76,38%	67,79%	59,59%

A taxa de execução da receita em 2017 foi 59,59% situando-se abaixo da verificada em 2016.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 87,33%, valor abaixo do registado no ano de 2016.

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 94,39%. Desta receita destacam-se, pela negativa o Imposto Municipal sobre Imóveis que verificou uma diminuição de 112.649,54€ (-8,81%) e o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis que registou uma diminuição de 1,06% (menos 2.250,32€), relativamente ao previsto.

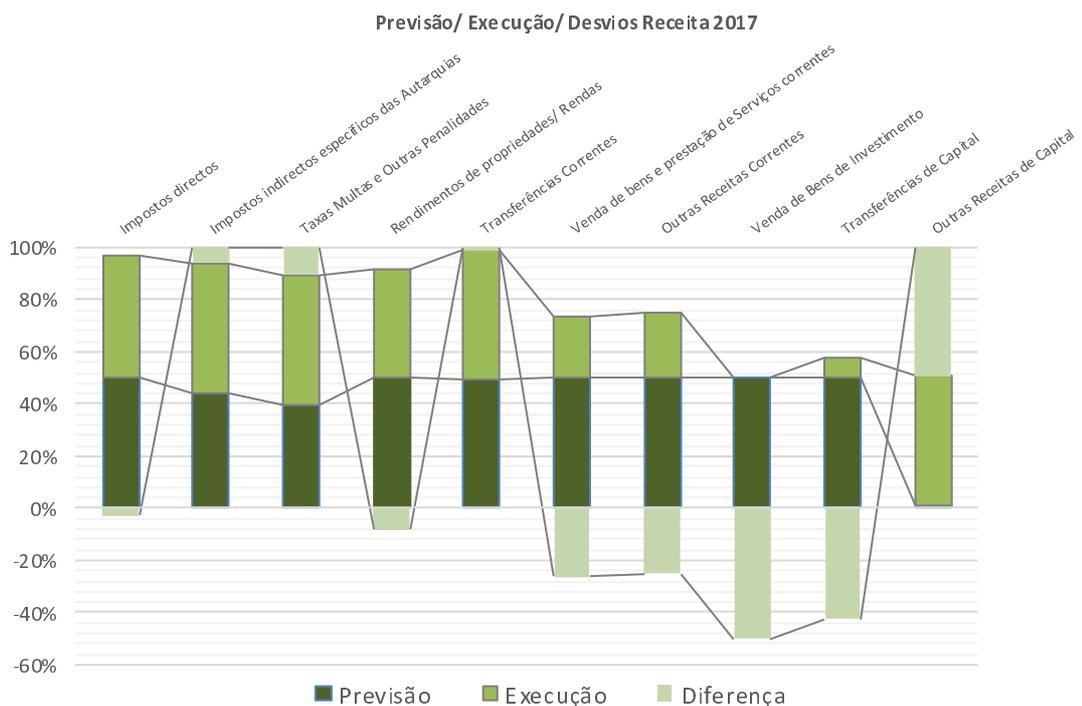
Em termos de receitas correntes os Impostos Indiretos Específicos das Autarquias, Taxas, Multas e Outras Penalidades e as Transferências Correntes registaram taxas de execução acima dos 100%.

Quanto aos Rendimentos de Propriedade, cuja receita é constituída por: rendas de concessão, juros dos depósitos bancários, dividendos e rendas pagas pelos parques eólicos localizados dentro do perímetro do concelho de Arganil, sofreram em 2017 uma diminuição comparativamente a 2016. Em 2017 os Rendimentos de Propriedade representaram 8,3% de toda a receita arrecadada pelo Município de Arganil.

A Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes registou uma execução na ordem dos 47%. Nesta rúbrica destaca-se o peso da Venda de água que representa 50% do total da rúbrica.

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 15,46%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2017, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.



Execução Orçamental das Receitas 2017

Classificação da Receita	Previsão			Desvios		
	Inicial A	Final B	Execução C	Valor D=C-B	% E=D/B	Taxa de Execução
Impostos Directos	1.704.803,00	1.704.803,00	1.609.198,65	-95.604,35	-5,61%	94,39%
Imposto Municipal sobre Imóveis	1278.895,00	1278.895,00	1.166.245,46	-112.649,54	-8,81%	91,19%
Imposto Único de Circulação	212.910,00	212.910,00	232.205,51	19.295,51	9,06%	109,06%
IMT	212.998,00	212.998,00	210.747,68	-2.250,32	-1,06%	98,94%
Impostos Indirectos Especificos das Autarquias	76.479,00	76.479,00	87.060,13	10.581,13	13,84%	113,84%
Taxas	306.249,00	306.249,00	367.909,31	61.660,31	20,13%	120,13%
Multas e Outras Penalidades	23.692,00	23.692,00	47.478,98	23.886,98	101,25%	201,25%
Rendimentos de Propriedades/ Rendas	1.304.962,00	1.304.962,00	1.090.905,93	-214.056,07	-16,40%	83,60%
Transferências Correntes	5.887.315,00	5.887.315,00	6.007.214,64	119.899,64	2,04%	102,04%
Sociedades e quase sociedades não financeiras - privadas	500,00	500,00	0,00	-500,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.392.765,00	5.392.765,00	5.392.765,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	265.482,00	265.482,00	265.482,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação fixa no IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras	15,00	15,00	76.194,45	76.179,45	507863,00%	507963,00%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	52.053,00	52.053,00	16.295,24	-35.757,76	-68,69%	31,31%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	140.000,00	200.429,30	60.429,30	43,16%	143,16%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família Pol. Act.FFP	20.000,00	20.000,00	41400,49	21400,49	107,00%	207,00%
Segurança Social	16.000,00	16.000,00	14.648,16	-1.351,84	-8,45%	91,55%
Famílias	500,00	500,00	0,00	-500,00	-100,00%	0,00%
Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	2.576.922,00	2.576.922,00	1.218.683,37	-1.358.238,63	-52,71%	47,29%
Outras Receitas Correntes	141.723,00	141.723,00	70.661,47	-71.071,53	-50,15%	49,85%
Total Receitas Correntes	12.022.045,00	12.022.045,00	10.499.102,48	-1.522.942,52	-12,67%	87,33%
Venda de Bens de Investimento	265.000,00	265.000,00	0,00	-265.000,00	-100,00%	0,00%
Transferências de Capital	9.712.474,00	8.463.787,62	1.283.262,74	-7.170.624,78	-84,82%	15,18%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	4.059.967,00	2.801.280,52	0,00	-2.801.280,52	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	599.196,00	599.196,00	599.196,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	133.632,00	133.632,00	73.398,41	-60.233,59	-45,07%	54,93%
Estado - Partic. Comunitária projetos Co-financiados	4.791.169,00	4.791.169,00	606.328,03	-4.184.840,97	-87,34%	12,66%
Administração Local	128.500,00	128.500,00	4.340,30	-124.159,70	-96,62%	3,38%
Instituições sem Fins Lucrativos	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Famílias	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	1.000,00	66.222,00	64.222,00	0,00%	6622,20%
Total Receitas de Capital	9.978.474,00	8.719.787,62	1.348.484,74	-7.371.302,78	-84,64%	15,46%
Total Reposições não Abatidas nos Pagamentos	500,00	500,00	4.664,51	4.164,51	832,90%	932,90%
Saldo Gerência Anterior	0,00	1.258.686,48	1.258.686,48	0,00	0,00%	100,00%
Total das Receitas	22.001.019,00	22.001.019,00	13.110.938,21	-8.890.080,79	-40,41%	59,59%

Saldo de Gerência Anterior

O Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1, que a receita orçamental terá que cobrir a despesa orçamental, decorrendo daqui que a receita anual arrecadada terá que ser maior ou igual à despesa paga do ano. Deste modo, todos os anos deverá existir um excesso ou igualdade de receita em relação à despesa, e consequentemente um saldo orçamental (positivo ou nulo), que transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e consequentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2017, uma revisão orçamental, com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 1.258.686,48€, conforme consta nos documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2016.

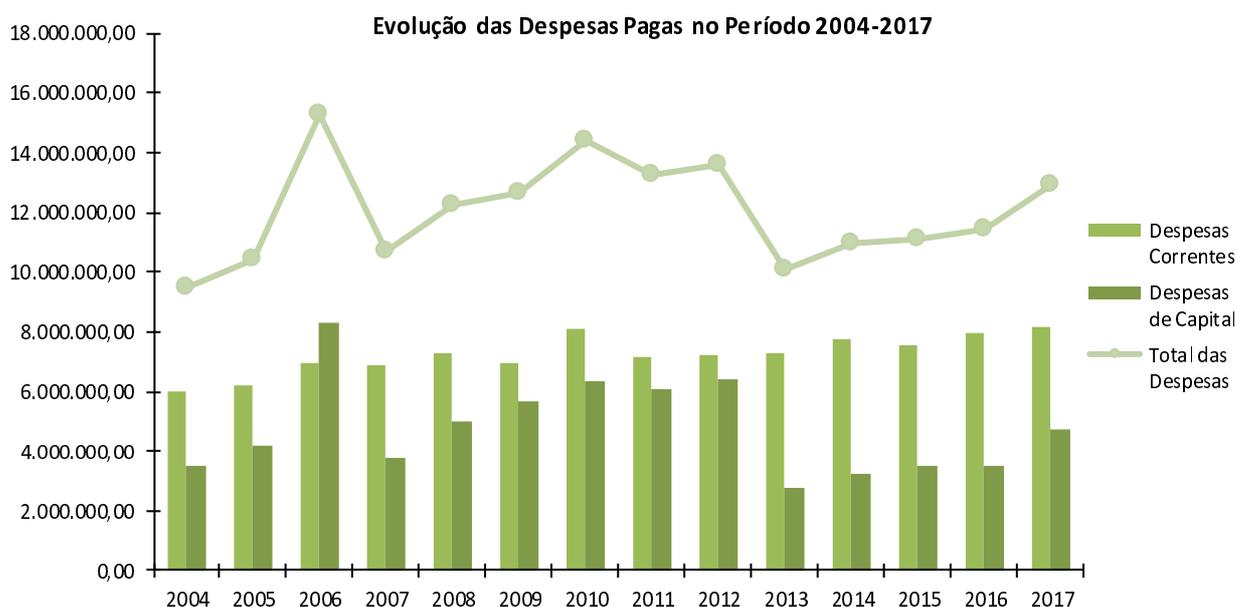
4.3 Despesa

Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2017 12.913.638,44€, comparando com o valor do ano anterior de 11.454.903,49€, representa um acréscimo de 13%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2004-2017, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 8.174.882,45€ (63%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 4.738.755,99€ (37%) correspondem a despesas de capital.

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2013 a 2017

Designação	2013		2014		2015		2016		2017		Var 2016/2017	
	Valor	% global	Valor	%								
Total da Despesa Corrente	7.280.083,85	72,38%	7.744.409,68	70,60%	7.571.554,13	68,29%	7.939.712,44	69,31%	8.174.882,45	63,30%	235.170,01	2,96%
Pessoal	3.422.796,36	34,03%	3.346.504,89	30,51%	3.224.675,71	29,09%	3.196.343,31	27,90%	3.271.391,04	25,33%	75.047,73	2,35%
Aquisição de Bens e Serviços	2.940.637,07	29,24%	3.275.958,46	29,87%	3.162.890,01	28,53%	3.382.217,96	29,53%	3.343.905,99	25,89%	-38.311,97	-1,13%
Juros e Outros Encargos	92.457,50	0,92%	107.397,75	0,98%	59.393,09	0,54%	43.153,02	0,38%	31.488,13	0,24%	-11.664,89	-27,03%
Transferências Correntes	525.787,11	5,23%	671.495,72	6,12%	717.960,12	6,48%	832.483,88	7,27%	893.458,27	6,92%	60.974,39	7,32%
Outras Despesas Correntes	298.405,81	2,97%	343.052,86	3,13%	406.635,20	3,67%	485.514,27	4,24%	634.639,02	4,91%	149.124,75	30,71%
Total da Despesa de Capital	2.777.506,62	27,62%	3.224.460,30	29,40%	3.515.447,83	31,71%	3.515.191,05	30,69%	4.738.755,99	36,70%	1.223.564,94	34,81%
Aquisição de Bens de Capital	1.406.213,47	13,98%	1.547.075,25	14,10%	1.771.871,47	15,98%	1.887.538,28	16,48%	2.963.103,48	22,95%	1.075.565,20	56,98%
Transferências de Capital	621.763,72	6,18%	700.077,43	6,38%	614.988,34	5,55%	657.523,80	5,74%	717.552,73	5,56%	60.028,93	9,13%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	161.252,00	1,45%	0,00	0,00%	80.626,00	0,62%	80.626,00	-
Passivos Financeiros	749.529,43	7,45%	977.307,62	8,91%	967.336,02	8,72%	964.219,87	8,42%	969.779,59	7,51%	5.559,72	0,58%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5.909,10	0,05%	7.694,19	0,06%	1.785,09	30,21%
Total das Despesas	10.057.590,47		10.968.869,98		11.087.001,96		11.454.903,49		12.913.638,44		1.458.734,95	12,73%

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2014 a 2017:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2014 a 2017

Designação	2014	2015	2016	2017	Var. 16/17	Var. 16/17
					Valor	%
1. Despesas com Pessoal	3.346.504,89	3.224.675,71	3.196.343,31	3.271.391,04	75.047,73	2,35%
Remunerações certas e permanentes	2.542.209,88	2.371.727,68	2.395.026,91	2.445.182,22	50.155,31	2,09%
Abonos variáveis ou eventuais	76.64,21	154.176,05	88.647,01	94.982,03	6.335,02	7,15%
Segurança social	755.680,80	698.771,98	712.669,39	731.226,79	18.557,40	2,60%
2. Aquisição de Bens	561.391,92	526.424,27	519.978,64	612.942,53	92.963,89	17,88%
Matérias-primas e subsidiárias	32.586,43	32.242,39	20.883,08	35.169,95	14.286,87	68,41%
Combustíveis e lubrificantes	231.042,53	200.617,88	201.770,08	238.269,47	36.499,39	18,09%
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	10.667,07	8.595,77	9.240,70	10.788,31	1.547,61	16,75%
Alimentação-Refeições confeccionadas	111.272,07	135.106,67	126.182,80	164.100,43	37.917,63	30,05%
Alimentação-Gêneros para confeccionar	1.339,93	1816,94	0,00	0,00	0,00	-
Vestuário e artigos pessoais	26.471,75	8.441,10	11.945,33	2.781,44	-9.163,89	-76,72%
Material de escritório	12.356,11	12.237,64	12.189,94	12.176,28	-13,66	-0,11%
Produtos químicos e farmacêuticos/ Produtos vendidos nas farmácias/ Material de consumo clínico	506,35	1.353,69	15.484,86	13.522,95	-1.961,91	-12,67%
Material de transporte-Peças	57.081,68	43.476,70	40.802,92	52.894,82	12.091,90	29,63%
Material de consumo hoteleiro	899,42	1.341,86	40,48	1.279,09	1.238,61	3059,81%
Outro material-Peças	22.934,92	29.317,12	29.710,61	31.751,20	2.040,59	6,87%
Prémios, condecorações e ofertas	5.644,47	7.544,97	14.464,90	7.523,73	-6.941,17	-47,99%
Ferramentas e utensílios	3.299,15	2.882,16	4.188,91	2.460,87	-1.728,04	-41,25%
Livros e documentação técnica	1.020,00	965,23	4.614,6	888,03	4.265,7	92,44%
Artigos honoríficos e de decoração	454,76	2.394,4	232,96	177,13	-55,83	-23,97%
Material de educação, cultura e recreio	9.229,50	9.986,85	10.936,22	9.826,15	-1.110,07	-10,15%
Outros bens	34.585,78	30.257,86	21.443,39	29.332,68	7.889,29	36,79%
3. Aquisição de Serviços	2.714.566,54	2.636.465,74	2.862.239,32	2.730.963,46	-13.127,5,86	-4,59%
Encargos das instalações	103.103,85	106.317,36	104.500,88	1.122.265,31	73.764,43	7,04%
Conservação de bens	39.230,33	36.005,66	47.106,39	42.963,24	-4.143,15	-8,80%
Comunicações	122.949,97	115.236,65	106.011,32	132.044,36	26.033,04	24,56%
Transportes	519.644,19	577.285,55	578.951,67	535.922,23	-43.029,44	-7,43%
Representação dos serviços	2.408,17	3.581,43	2.857,01	4.214,28	1.357,27	47,51%
Seguros	81.093,13	69.422,05	89.942,74	87.800,57	-2.142,17	-2,38%
Deslocações e estadas	0,00	0,00	409,00	928,02	519,02	126,90%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	52.330,98	47.316,87	50.718,34	42.352,81	-8.365,53	-16,49%
Formação	21.531,39	6.395,50	4.709,11	1.676,57	-3.032,54	-64,40%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade	22.116,59	27.344,64	27.593,70	30.759,36	3.165,66	11,47%
Vigilância e segurança	3.348,14	3.605,12	4.511,02	3.543,33	-967,69	-21,45%
Assistência técnica	32.693,61	35.865,56	47.484,01	48.184,02	700,01	1,47%
Outros trabalhos especializados	481.140,95	434.063,92	611.007,05	407.537,29	-203.469,76	-33,30%
Serviços de saúde	4.733,94	4.187,75	4.776,62	4.574,91	-201,71	-4,22%
Encargos de cobrança de receitas	74.854,63	78.595,23	76.161,56	74.518,55	-1.643,01	-2,16%
Outros serviços	225.483,67	134.382,45	161.498,90	191.678,61	30.179,71	18,69%
4. Juros e Outros Encargos	107.397,75	59.393,09	43.153,02	31.488,13	-11.664,89	-27,03%
Empréstimos de médio e longo prazos	82.481,29	59.129,89	43.153,02	31.433,14	-117.19,88	-27,16%
Outros juros	24.916,46	263,20	0,00	54,99	54,99	-
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Transferências Correntes	6.714.957,2	7.179.960,12	8.324.883,88	8.934.458,27	60.974,39	7,32%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1.904,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estado	5.460,00	5.700,00	11.343,72	0,00	-11.343,72	-100,00%
Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00	0,00	4.370,00	4.370,00	-
Freguesias	188.508,12	197.736,99	225.277,85	300.611,91	75.334,06	33,44%
Associações de municípios	8.717,39	8.717,39	16.221,41	30.737,80	14.516,39	89,49%
Instituições sem fins lucrativos	352.837,14	366.838,00	426.572,86	467.603,25	41.030,39	9,62%
Famílias	14.068,16	138.967,74	153.068,04	90.135,31	-62.932,73	-41,11%
6. Outras Despesas Correntes	343.052,86	406.635,20	485.514,27	634.639,02	149.124,75	30,71%
Impostos e taxas	7.724,68	16.332,20	26.070,14	14.380,65	-11.689,49	-44,84%
Outras	335.328,18	390.303,00	459.444,13	620.258,37	160.814,24	35,00%
Total	7.744.409,68	7.571.554,13	7.939.712,44	8.174.882,45	235.170,01	2,96%

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 40% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 81% da despesa corrente paga.

No ano de 2017, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.271.391,04€, apresentando um aumento relativamente a 2016 de 75.047,73€ (2,35%). Este valor resultou, em parte, de alguns procedimentos concursais de recrutamento que ficaram concluídos.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior significado são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como “ADSE”. Quanto a esta matéria, é de referir que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas. A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuados em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município.

A Aquisição de Bens registou um aumento, no valor de 92.963,89€. Este aumento decorre sobretudo do incremento da rubrica de combustíveis e lubrificantes e da rubrica dos géneros para confeccionar.

Relativamente à Aquisição de Serviços registou-se uma diminuição da despesa paga, determinada essencialmente pelo decréscimo da rubrica dos outros trabalhos especializados. Nesta rubrica destaca-se a diminuição do valor pago à entidade Águas do Centro Litoral, consequência do ajusto do caudal de saneamento, que resulta do disposto no nº6 da cláusula 37ª do contrato de concessão.

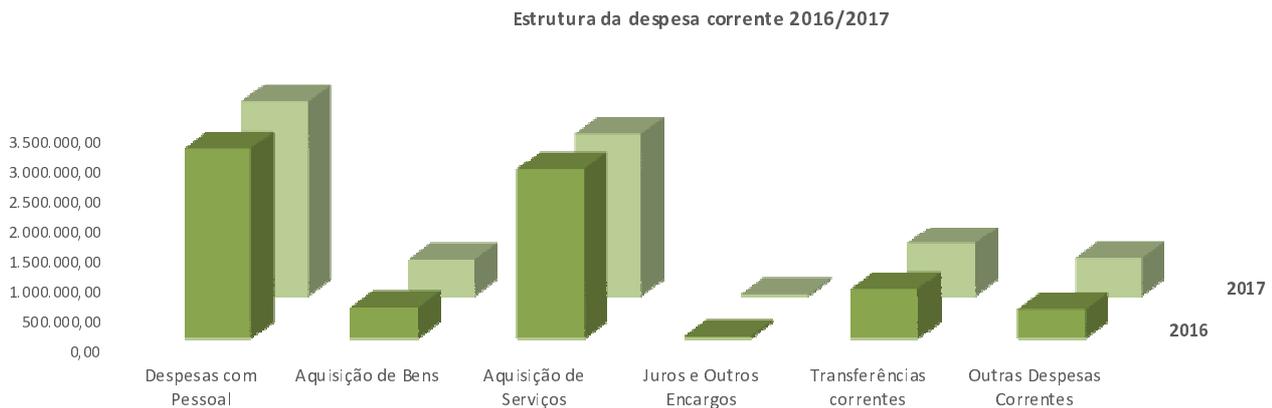
Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma redução neste agregado no valor de 11.664,89€ (-27,03%), relativamente a 2016.

As Transferências Correntes totalizaram mais 60.974,39€ (7,32%) do que no ano anterior.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica “Outras Despesas Correntes” que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont’Alto, Feira das Freguesias, 7 Maravilhas de Portugal entre outras verificou um aumento de 30,71% relativamente ao ano de 2016.

O gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa corrente no ano de 2016 e 2017.



Como é possível verificar do gráfico supra a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um aumento, em termos homólogos, de 34,81%.

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são as inseridas na rubrica Edifícios, e dentro destas as Escolas, onde estão incluídas as obras de reabilitação e ampliação das escolas do 1ºCEB e Jardim de Infância do Sarzedo e de Pomares.

Na rubrica Construções Diversas, o que apresenta maior peso, são os Viadutos, Arrumamentos e Obras Complementares, onde está inserida a obra de Requalificação do Espaço Urbano Público – Vila de Arganil.

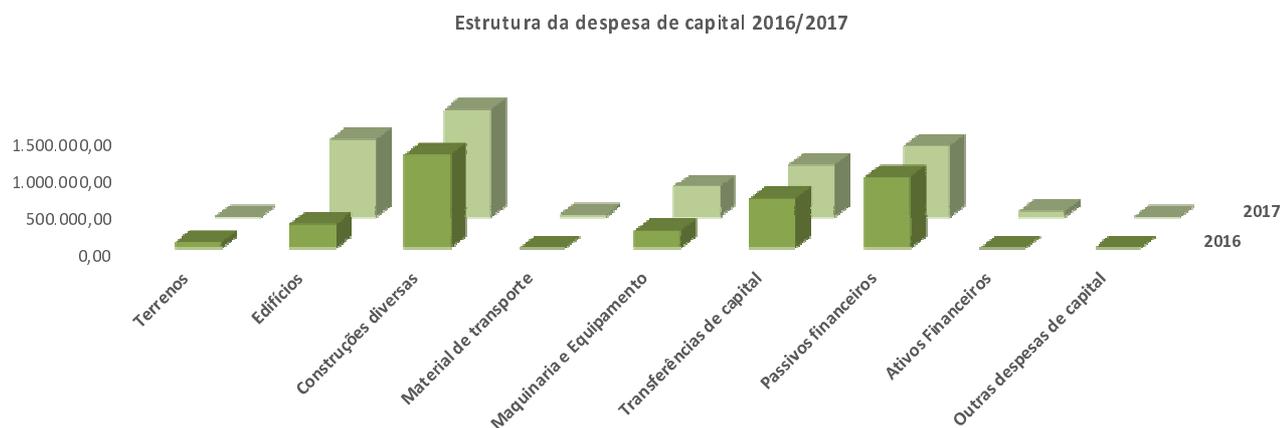
Na rubrica de maquinaria e equipamento destaca-se o valor do Equipamento/Software Informático consequência da modernização e capacitação da administração pública.

As transferências de capital, onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia relativas a contratos de delegação de competências e contratos programa, registaram um aumento relativamente a 2016, na ordem dos 9,13%. De destacar ainda os apoios às instituições sem fins lucrativos que registaram um aumento face ao ano anterior de 53,48%.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2017, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 964.219,87€. No entanto, também se encontra refletido nesta rubrica o montante da Partilha de Poupanças Líquidas no valor de 5.559,72€.

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2014 a 2017						
Designação	2014	2015	2016	2017	Var. 16/17 Valor	Var. 16/17 %
1. Terrenos	72.600,00	12.132,50	77.674,47	9.673,11	-67.901,36	-87,53%
2. Edifícios	28.601,85	144.229,92	316.947,70	1.052.676,45	735.728,75	232,13%
Instalações de serviços	28.601,85	135.331,22	271.255,12	455.777,69	184.522,57	68,03%
Instalações desportivas e recreativas	0,00	6.598,91	20.077,83	57.490,67	37.412,84	186,34%
Escolas	0,00	2.299,79	25.614,75	539.408,09	513.793,34	2005,85%
3. Construções diversas	1.250.731,80	1.488.421,76	1.258.898,06	1.452.385,63	193.487,57	16,37%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	216.495,76	283.965,67	17.758,19	290.955,84	273.197,65	1538,43%
Sistemas de drenagem de águas residuais	16.380,03	33.795,53	19.624,84	73.751,01	54.126,17	275,80%
Estações de tratamento de águas residuais	192.469,66	96.305,92	13.099,50	53.635,82	40.536,32	309,45%
Iluminação pública	5.956,81	58.124,37	0,00	0,00	0,00	-
Instalações desportivas e recreativas	608,85	3.137,00	9.922,12	9.499,05	-4.23,07	-4,26%
Captação e distribuição de água	35.658,56	47.959,69	54.715,93	106.414,89	51.698,96	94,49%
Viação rural	575.530,75	723.744,67	1.086.469,70	830.568,55	-255.901,15	-23,55%
Sinalização e trânsito	13.295,67	40.177,86	6.501,34	5.933,09	-568,25	-8,74%
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outros	194.335,71	201.211,05	50.806,44	816.273,38	30.820,94	60,66%
4. Material de transporte	3.285,82	17.841,94	2.508,71	30.077,44	27.568,73	1098,92%
5. Maquinaria e Equipamento	191.955,78	108.345,35	231.609,34	418.290,85	186.681,51	80,60%
Equipamento/ Software informática	38.604,76	41.789,25	21.459,97	116.896,25	95.436,28	444,72%
Equipamento administrativo	78.302,45	2.856,93	11.295,81	15.147,57	3.851,76	34,10%
Equipamento básico	73.132,55	61.579,57	196.785,20	277.775,47	80.990,27	41,16%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Objectos de	19.16,02	2.119,60	2.068,36	8.471,56	6.403,20	309,58%
6. Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7. Transferências de capital	700.077,43	614.988,34	657.523,80	717.552,73	60.028,93	9,13%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0,00	11.448,42	9.131,62	-2.316,80	-20,24%
Freguesias	579.077,43	532.722,60	554.464,94	567.816,51	13.351,57	2,41%
Instituições sem fins lucrativos	121.000,00	82.265,74	91.610,44	140.604,60	48.994,16	53,48%
8. Passivos financeiros	977.307,62	967.336,02	964.219,87	969.779,59	5.559,72	0,58%
9. Ativos financeiros	0,00	161.252,00	0,00	80.626,00	80.626,00	-
10. Outras despesas de capital	0,00	0,00	5.909,10	7.694,19	1.785,09	30,21%
Total	3.224.460,30	3.514.547,83	3.515.191,05	4.738.755,99	1.223.564,94	34,81%

O Gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa de capital nos anos 2016 e 2017.



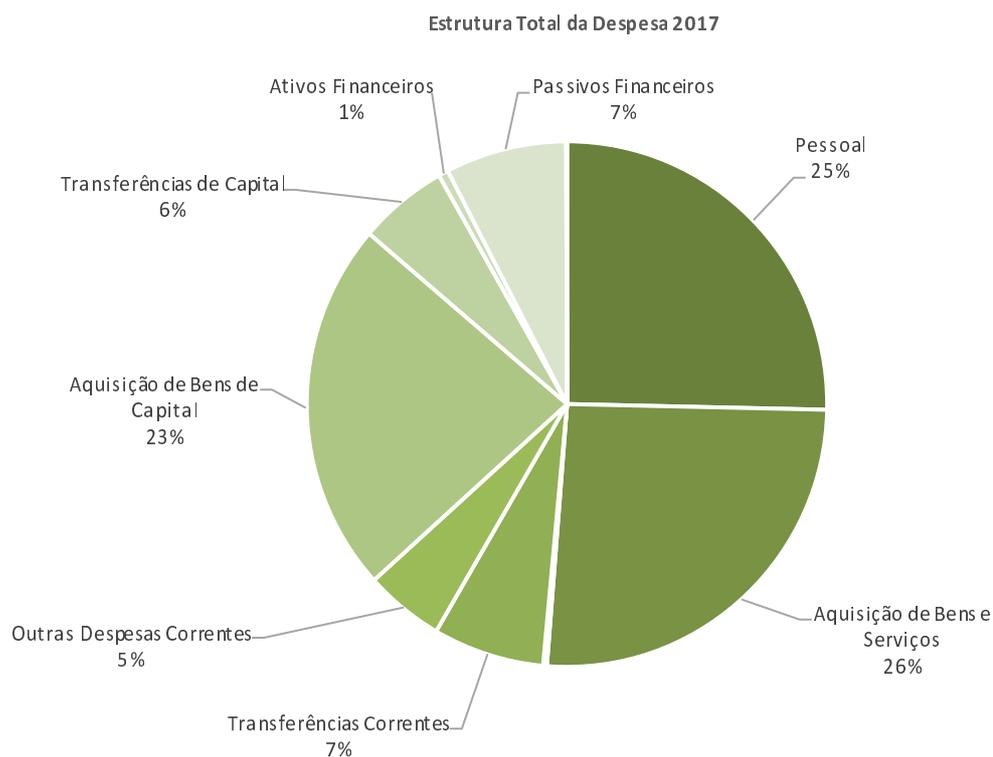
Como já supra referido, na rubrica de transferências de capital, com um peso de 7,8% no total das despesas de capital, estão incluídos os contratos programa celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante pago de 600.495,16€ (379.724,51€ pago em 2017 os restantes 220.770,65€ pagos em anos anteriores), discriminado no seguinte quadro:

Contratos Programa - 2017

Entidade	Objeto	Ano do Contrato	Valor Total	Valor Pago	Valor executado 31/12/17
Freguesia de Arganil	Obras de pavimentação de dois arruamentos na Vila de Arganil Requalificação do Largo Porfírio dos Santos Beneficiação das redes de água da Lomba e Nogueira	2015	25.000,00	25.000,00	
		2016	16.661,21	8.330,61	8,33
		2017	40.000,00	8.000,00	32,00
Freguesias de Côja e Barril de Alva	Reparação da rua Luís Gouveia, no Barril de Alva. Execução de pavimento em asfalto betuminoso na rua que liga o Mercado Velho à Coutada e na rua que liga o Outeiro às Covadas de Baixo. Regularização de pavimento em cubo de granito na zona do Mercado Velho. Execução de muro de suporte na estrada do Vale do Carro/ Escola Prolongamento do Parque do Prado até à Foz da Ribeira da Mata Reparação de rua do Adro (Côja), melhoramento do acesso às Corgas do Pisão, pavimentação de parte da rua adjacente à antiga Escola (Esculca) e substituição de sinalética Execução de calçada em cubos de granito na zona frontal da antiga Escola Primária do Barril de Alva e apoio à realização de iniciativas culturais e promoção turística da freguesia bem como dinamização das praias fluviais e da marca "Portas do Açor" Silvicultura preventiva na freguesia	2015	22.909,25	11.454,63	114
		2016	21.000,00	10.500,00	10,50
		2017	20.000,00	12.000,00	8,00
		2017	19.932,50	10.455,00	9,40
Freguesia da Benfeita	Criação de solução de estacionamento na aldeia do xisto da Benfeita Requalificação da antiga escola primária da Benfeita Parque de estacionamento da Benfeita Silvicultura preventiva na freguesia	2015	20.000,00	20.000,00	
		2016	27.242,00	27.242,00	
		2017	37.500,00	7.500,00	30,00
		2017	2.602,80	2.602,80	
Freguesia de Celavisa	Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madreira - 2ª fase Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madreira - 3ª fase Construção de muros de suporte e ligação Celavisa/Sequeiros e no acesso ao Caratão, reparação de caminho público em Linhares e limpeza, reparação e alargamento de caminho florestal em Pracerias Calçamento da estrada do Vale e da Queilha de São Bento (Celavisa), continuação da limpeza, reparação de caminho florestal (Pracerias) e colocação/ substituição de sinalética	2014	9.689,16	9.689,16	
		2015	16.790,91	16.790,91	
		2016	9.000,00	9.000,00	
		2017	18.000,00	18.000,00	
Freguesias de Cepos e Teixeira	Requalificação do Largo Tenente Falcão- 1ª Fase Requalificação do Largo Tenente Falcão-2ª Fase Remodelação da rede de abastecimento de água de Água d'Alte, construção de depósito de água de 60000 L (Água d'Alte) Construção de sanitários públicos (Teixeira) e de 1 Bungalow (Cepos) Beneficiação de rua desde a Junta de Freguesia à Igreja da Teixeira, instalação de caixas de contadores (Casa Novo), ampliação dos sanitários do parque de Campismo (Cepos), construção de acesso a deficientes motores (Ribeiro) e de muro de suporte à estrada do Vale da Fonte (Cepos) e beneficiação de escadarias (Relvas) Silvicultura preventiva na freguesia de Cepos	2013	6.540,58	3.270,29	3,20
		2013	6.540,58	6.540,58	
		2013	17.500,00	17.500,00	
		2016	20.000,00	20.000,00	
		2017	30.000,00	24.000,00	6,00
Freguesias de Cerdeira e Loura da Serra	Calçamento do troço da ligação Cerdeira-Dreia, entre o cemitério e a ponte da ribeira do Porto Silvicultura preventiva na freguesia	2017	30.000,00	6.000,00	24,00
		2017	3.147,07	3.147,07	
Freguesia de Folques	Instalação de vedação no largo principal de Salgueiro Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova - 2ª fase Remoção de alcatrão e construção de calçada entre a rua José Simões Gouveia e o largo da capela das almas em Folques Calçamento da rua de Cima e rua de Santiago em Póvoa de Folques Construção de Polidesportivo Sinalética na Freguesia Construção de Sanitários Públicos	2012	4.000,00	4.000,00	
		2014	9.865,95	4.932,98	4,90
		2014	9.865,95	4.932,98	4,90
		2015	8.963,36	4.481,68	4,40
		2015	114.268,80	114.268,80	
		2016	15.000,00	7.500,00	7,50
		2016	8.077,42	4.038,71	4,00
		2017	15.000,00	3.000,00	12,00
Freguesia de Piódão	Requalificação da Escola EB 1 da Malhada Chã e construção de ponte e de acesso ao Centro de Dia (Piódão) Reabilitação da antiga Escola 1ª CEB do Piódão e Parque Multiusos Apoio à vigilância de banhistas da Praia Fluvial do Piódão Silvicultura preventiva na freguesia	2016	26.000,00	26.000,00	
		2017	39.400,20	7.880,04	31,50
		2017	5.280,00	5.280,00	
		2017	3.988,30	3.988,30	
Freguesia de Pomares	Requalificação do edifício da junta de freguesia e construção de muro de suporte junto à ribeira Abastecimento de água aos fontanários, requalificação do parque infantil, beneficiação do Largo da Eira (Porteinha) e reconstrução de muro (Porteinha) Trabalhos de silvicultura preventiva Requalificação da calçada do Torrão e da rua de acesso ao Centro de Dia de Pomares Apoio à vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Pomares Conservação do Cemitério Beneficiação do Cemitério do Sobral Magro e sinalética da freguesia - 1ª fase Apoio à vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Pomares Silvicultura preventiva na freguesia	2014	8.500,00	4.250,00	4,20
		2016	9.879,20	4.939,60	4,90
		2016	5.000,00	2.500,00	2,50
		2016	10.000,00	10.000,00	
		2016	2.330,00	2.330,00	
		2017	11.700,00	7.020,00	4,60
		2017	10.172,00	2.543,00	7,60
Freguesia de Pombeiro da Beira	Calçamento das Ruas da Fonte e da Aldeia (Priados) Arranjo de valetas nas ruas do Vale da Ameixa e Av. Américo Duarte e Silva (Sarnadela) e no Caminho da Fonte (Chãs Grandes) Arranjo da Travessa Mateus da Cunha e do Adro da Igreja Matriz de Pombeiro da Beira	2017	22.279,48	22.279,48	
		2017	10.000,00	2.000,00	8,00
		2017	1.574,10	787,05	7,00
Freguesia de S. M. Cortiça	Requalificação da Fonte da Urqueira e seus acessos Construção de sanitários de apoio à Feira Franca e de cobertura e churrasqueira no Parque de Merendas José Correia da Cunha (Poços), aquisição de mobiliário para equipar apartamento e calçamentos no Largo do Pelourinho Instalação de fossa compacta nas Pombeiras Silvicultura preventiva na freguesia	2016	14.046,00	14.046,00	
		2017	13.609,64	13.609,64	
		2017	8.349,29	8.349,29	
		2017	3.470,00	3.470,00	
Freguesia de Sarzedo	Construção de museu - 3ª fase Substituição de sinalética na freguesia e requalificação do cemitério Silvicultura preventiva na freguesia	2016	20.000,00	20.000,00	
		2017	24.414,33	7.090,00	17,30
		2017	1.031,90	1.031,90	
Freguesia de Secarias	Requalificação de cemitério Apoio à vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Cascalheira Requalificação da praia fluvial	2017	11.700,00	11.700,00	
		2017	1.968,00	1.968,00	
		2017	10.000,00	10.000,00	
Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	Requalificação das antigas cavalariças do convento e reconversão na loja das aldeias do xisto - 1ª fase Requalificação das antigas cavalariças do convento e reconversão na loja das aldeias do xisto 2ª fase e construção de muro de acesso às Relvas (Anseriz) Requalificação do Parque das Eiras - 4ª Fase e das antigas Cavalariças do Convento e reconversão na Loja das Aldeias do Xisto - 3ª Fase Silvicultura preventiva na freguesia	2016	30.000,00	30.000,00	
		2016	19.967,22	9.983,61	9,90
		2017	32.000,00	32.000,00	
		2017	1.000,00	1.000,00	
Total			873.028,25	600.495,16	272,53

No total a despesa paga em 2017 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga - 2017		
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes		
Pessoal	3.271.391,04	25,33%
Aquisição de Bens e Serviços	3.343.905,99	25,89%
Juros e Outros Encargos	31.488,13	0,24%
Transferências Correntes	893.458,27	6,92%
Outras Despesas Correntes	634.639,02	4,91%
Total Despesas Correntes	8.174.882,45	63,30%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	2.963.103,48	22,95%
Transferências de Capital	717.552,73	5,56%
Passivos Financeiros	969.779,59	7,51%
Ativos Financeiros	80.626,00	0,62%
Outras Despesas Capital	7.694,19	0,06%
Total Despesas de Capital	4.738.755,99	36,70%
Total das Despesas	12.913.638,44	100,00%



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2017 ascendeu a 22.001.019,00€, dos quais 9.569.237,00€ são afetos a despesas correntes (43%) e 12.431.782,00€ (57%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 12.913.638,44€, sendo 8.174.882,45€ (69,31%) despesas de natureza corrente e 4.738.755,99€ (36,70%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 9.087.380,56€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 58,70%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 85,43%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 38,12%.

Mapa Resumo da Execução Orçamental da Despesa 2017

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa Corrente	9.569.237,00	8.174.882,45	-1.394.354,55	85,43%
Despesa Capital	12.431.782,00	4.738.755,99	-7.693.026,01	38,12%
Total	22.001.019,00	12.913.638,44	-9.087.380,56	58,70%

O quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2004 a 2017.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa Corrente	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%	84,99%	88,61%	83,95%	85,35%	85,43%
Despesa de Capital	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%	42,68%	52,83%	48,45%	37,45%	38,12%
Despesa Total	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%	66,72%	73,90%	68,12%	61,29%	58,70%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2017 foi mais baixa do que a verificada em 2016 e em 2015.

Os quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado (93,84%).

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçamentado (-926.892,01€).

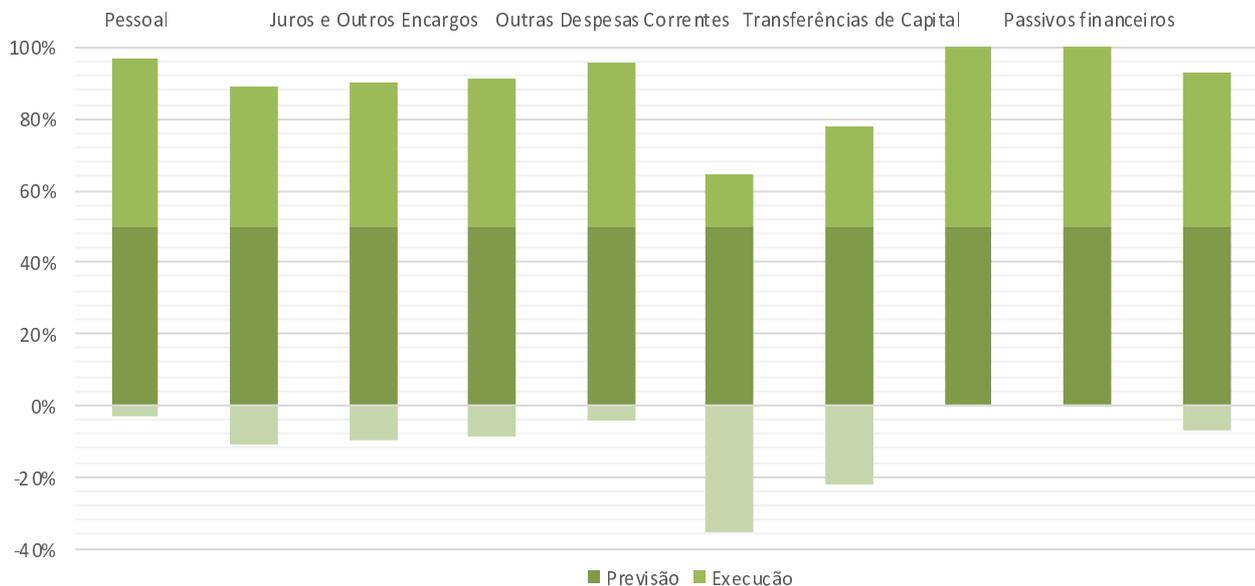
No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 7.693.026,01€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação do Espaço Urbano Público-Vila de Arganil, Fecho do Sistema de AA de Alagoa - Ligação alta-baixa (Lomba e Nogueira, Núcleo Museológico de Etnografia e de Arqueologia entre outros, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Execução Orçamental da Despesa 2017

	Inicial	Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Desvio	%
Despesa						
01- Despesas com pessoal	3.801.387,00	3.486.137,00	315.250,00	3.271.391,04	-214.745,96	93,84%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.230.498,00	4.270.798,00	-40.300,00	3.343.905,99	-926.892,01	78,30%
03 - Juros e outros encargos	60.000,00	39.200,00	20.800,00	31488,13	-7.711,87	80,33%
04 - Transferências correntes	1.047.352,00	1.081.102,00	-33.750,00	893.458,27	-187.643,73	82,64%
06 - Outras despesas correntes	430.000,00	692.000,00	-262.000,00	634.639,02	-57.360,98	91,71%
Total das despesas correntes	9.569.237,00	9.569.237,00	0,00	8.174.882,45	-1.394.354,55	85,43%
07 - Aquisição de bens de capital	10.414.346,00	10.086.346,00	328.000,00	2.963.103,48	-7.123.242,52	29,38%
08 - Transferências de capital	966.810,00	1285.250,00	-318.440,00	717.552,73	-567.697,27	55,83%
09 - Ativos Financeiros	80.626,00	80.626,00	0,00	80.626,00	0,00	100,00%
10 - Passivos financeiros	965.000,00	970.560,00	-5.560,00	969.779,59	-780,41	99,92%
11- Outras Despesas de Capital	5.000,00	9.000,00	-4.000,00	7.694,19	-1.305,81	85,49%
Total das despesas de capital	12.431.782,00	12.431.782,00	4.000,00	4.738.755,99	-7.693.026,01	38,12%
Total da Despesa	22.001.019,00	22.001.019,00	4.000,00	12.913.638,44	-9.087.380,56	58,70%

Previsão/ execução e desvio despesas 2017



Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2017, estimaram-se inicialmente em 16.499.632,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 16.760.382,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 47,97%, sendo que, 29,38% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 76,06% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's				
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	10.414.346,00	10.086.346,00	2.963.103,48	29,38%
Actividades Mais Relevantes	6.085.286,00	6.674.036,00	5.076.050,91	76,06%
Total	16.499.632,00	16.760.382,00	8.039.154,39	47,97%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

Projectos das GOP's					
Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2017 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2017	Pago Total
Projectos do PPI					
Reabilitação e Ampliação da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância do Sarzedo	25.644,75	510.291,75	535.906,50	503.097,08	528.711,83
Requalificação do espaço urbano Público - Vila de Arganil	0,00	245.608,72	245.608,72	245.608,72	245.608,72
Casa das Coletividades	59.151,31	247.633,16	306.784,47	197.399,35	256.550,66
Implementação da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis	0,00	86.840,56	86.840,56	81.627,38	81.627,38
Beneficiação Ligação Casal Novo/ EM 543	0,00	82.514,93	82.514,93	82.514,93	82.514,93
Requalificação Rede Viária Oeste	0,00	306.361,11	306.361,11	306.361,11	306.361,11
Requalificação Rede Viária Este	0,00	225.532,43	225.532,43	225.532,43	225.532,43
Sub- Total	84.766,06	1.704.782,66	1.789.548,72	1.642.141,00	1.726.907,06
Projectos das AMR's					
Fornecimento de energia elétrica	3.021.692,91	1.147.720,75	4.169.413,66	1.092.333,63	4.114.026,54
Transportes escolares		519.858,60	519.858,60	511.565,80	511.565,80
Fornecimento de refeições 1º CEB e Pré-Escolar		124.237,58	124.237,58	117.380,65	117.380,65
Custos Funcionamento das Águas do Mondego		152.220,09	152.220,09	132.294,12	132.294,12
Custos Funcionamento da ERSUC		150.253,52	150.253,52	139.536,36	139.536,36
Programa Cultural		209.882,46	209.882,46	207.993,16	207.993,16
Apoio ao Associativismo		112.937,50	112.937,50	112.937,50	112.937,50
Transferências para as Freguesias		868.428,42	868.428,42	868.428,42	868.428,42
Ficabeira		182.881,79	182.881,79	182.825,50	182.825,50
Sub- Total	3.021.692,91	3.468.420,71	6.490.113,62	3.365.295,14	6.386.988,05
Total	3.106.458,97	5.173.203,37	8.279.662,34	5.007.436,14	8.113.895,11

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2017:

- Casa das coletividades cuja obra se encontra concluída no final de 2017 (taxa de execução do ano de 88,52%);
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 73,30 %;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

No que concerne aos limites com despesas com pessoal a Lei do Orçamento de Estado para 2017 não previu qualquer limite para esse ano.

No entanto o n.º 5 do art. 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

No quadro seguinte averiguamos que em 2017 verificou-se um aumento, relativamente a 2016, das despesas com pessoal no valor de 75.047,73€:

	2016	2017	Diferença
Despesas com pessoal	3.196.343,31	3.271.391,04	75.047,73
Exceções ao abrigo da alínea a), n.º 5 artigo 62º da LEO 2015			
Total			75.047,73

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente de recursos aconselha a sua contenção.

Os gastos com Pessoal correspondem a 25,33% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (74,74%), e verificaram relativamente a 2016 um acréscimo de 2,09%.

Deste grupo destaca-se o aumento da rubrica Remunerações Pessoal Contratado a Termo e Remunerações Pessoal do Quadro consequência de novos procedimentos concursais de recrutamento.

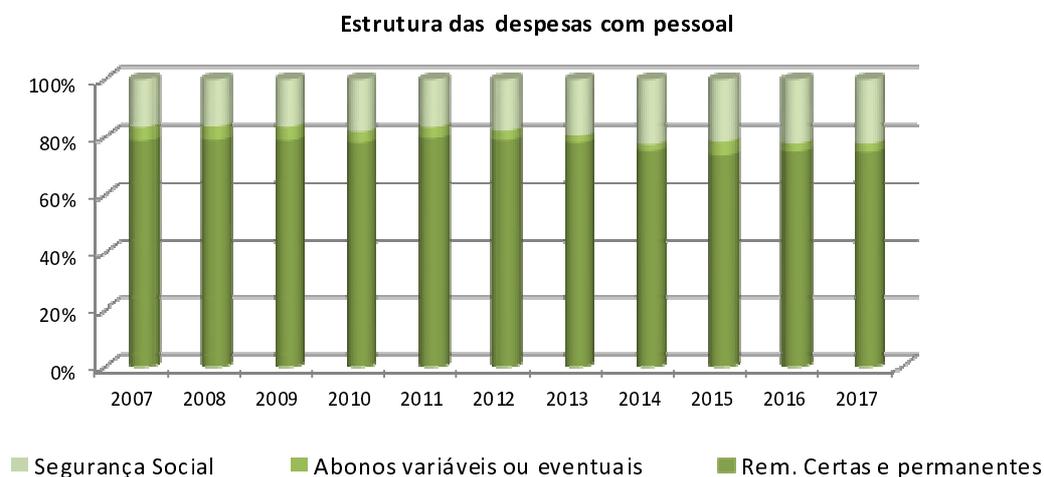
Na rubrica de subsídio de refeição, verificou-se também um acréscimo de 9,21%, resultante da atualização do mesmo para 4.77€ (Art. 20º da Lei nº42/2016 de 28 de dezembro).

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com as senhas de presença dos eleitos, o trabalho suplementar bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo todas as rubricas registaram um aumento comparativamente a 2016, exceto a rubrica de outros suplementos e prémios, da qual fazem parte as senhas de presença dos eleitos.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários.

No que respeita aos custos suportados com a saúde é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2017 o montante pago a este título totalizou os 53.429,91€, registado na rubrica “Encargos com a Saúde”.



Do gráfico anterior verifica-se que a estrutura das despesas com pessoal tem-se mantido relativamente constante ao longo dos 11 anos evidenciados.

ção das Despesas com Pessoal

	2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %	2016	Var. %	2017	Estru. %	Var. %
Certas e permanentes												
órgãos autárquicos	140.845,48	143.343,83	1,77%	153.602,03	7,16%	168.317,52	9,58%	183.329,73	8,92%	173.705,42	5,31%	-5,25%
pessoal do quadro	1734.006,70	1735.424,04	0,08%	1.608.615,90	-7,31%	1.497.757,21	-6,89%	1.540.439,93	2,85%	1.558.679,19	47,65%	1,18%
pessoal reg. contrato ind. trabalho												
pessoal contratado a termo	221.475,81	141.332,08	-36,19%	83.122,28	-41,19%	59.901,00	-27,94%	68.084,51	13,66%	116.785,86	3,57%	71,53%
pessoal em regime de tarefa ou avença	13.284,00	13.572,85	2,17%	13.284,00	-2,13%	12.177,00	-8,33%	13.284,00	9,09%	9.963,00	0,30%	-25,00%
pessoal aguardando aposentação	0,00	2.767,86	-	33.483,99	1109,74%	9.688,51	-71,07%	1.804,18	-81,38%	1.708,77	0,05%	-5,29%
pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00%	-
aposentação	16.683,00	18.963,64	13,67%	28.825,95	52,01%	29.002,46	0,61%	30.372,99	4,73%	30.005,31	0,92%	-1,21%
alimento de refeição	210.528,08	206.668,00	-1,83%	185.447,01	-10,27%	176.658,44	-4,74%	177.136,68	0,27%	193.449,03	5,91%	9,21%
alimento de férias e de natal	183.256,22	357.310,24	94,98%	351.376,89	-1,66%	327.821,33	-6,70%	317.327,53	-3,20%	320.883,20	9,81%	1,12%
alimento por doença maternidade/ paternidade	46.625,60	47.829,80	2,58%	56.451,83	18,03%	90.404,21	60,14%	63.247,36	-30,04%	40.002,44	1,22%	-36,75%
total	2.566.704,89	2.667.212,34	3,92%	2.514.209,88	-5,74%	2.371.727,68	-5,67%	2.395.026,91	0,98%	2.445.182,22	74,74%	2,09%
Despesas variáveis ou eventuais												
despesas variáveis ou eventuais	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00%	-
despesas extraordinárias	47.845,60	41.786,92	-12,66%	33.416,01	-20,03%	32.756,57	-1,97%	42.889,84	30,94%	54.490,57	1,67%	27,05%
despesas de custo	31.484,04	13.490,67	-57,15%	12.266,69	-9,07%	10.757,57	-12,30%	11.180,99	3,94%	11.354,85	0,35%	1,55%
despesas para falhas	8.060,44	9.774,10	21,26%	9.444,37	-3,37%	8.084,49	-14,40%	12.321,15	52,40%	12.802,44	0,39%	3,91%
despesas de trabalho noturno	5.154,69	5.108,02	-0,91%	3.978,98	-22,10%	3.935,93	-1,08%	4.593,99	16,72%	4.639,99	0,14%	1,00%
despesas de turno	6.154,76	0,00	-100,00%	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00%	-
despesas de substituições por cessação de funções	0,00	0,00	-	0,00	-	83.289,91	-	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	-
despesas suplementos e prémios	17.791,55	18.045,67	1,43%	17.508,16	-2,98%	15.351,58	-12,32%	17.661,04	15,04%	11.694,18	0,36%	-33,79%
total	116.491,08	88.205,38	-24,28%	76.614,21	-13,14%	154.176,05	101,24%	88.647,01	-42,50%	94.982,03	2,90%	7,15%
Despesa Social												
despesas com a saúde	79.234,89	74.340,99	-6,18%	69.918,51	-5,95%	61.112,06	-12,60%	52.343,04	-14,35%	53.429,91	1,63%	2,08%
despesas encargos com a saúde	28.385,15	25.044,26	-11,77%	23.474,46	-6,27%	32.953,13	40,38%	25.189,02	-23,56%	22.961,10	0,70%	-8,84%
despesas de apoio familiar a crianças e jovens	20.820,63	25.582,55	22,87%	23.300,98	-8,92%	20.345,97	-12,68%	16.076,77	-20,98%	15.769,39	0,48%	-1,91%
despesas Prestações Familiares	9.131,57	6.050,00	-33,75%	2.363,70	-60,93%	1.401,16	-40,72%	6.623,72	372,73%	5.030,58	0,15%	-24,05%
despesas de apoio	11.436,86	14.670,09	28,27%	21.202,94	44,53%	46.154,01	117,68%	55.961,44	21,25%	67.421,58	2,06%	20,48%
despesas de segurança social dos funcionários públicos	256.412,42	348.462,21	35,90%	436.745,81	25,34%	381.073,08	-12,75%	378.667,54	-0,63%	365.232,56	11,16%	-3,55%
despesas de segurança social regime geral	139.062,51	155.623,59	11,91%	151.655,51	-2,55%	137.632,68	-9,25%	161.510,55	17,35%	178.490,02	5,46%	10,51%
despesas de pensões	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00%	-
despesas de outros	27.603,62	17.604,95	-36,22%	27.018,89	53,47%	18.099,89	-33,01%	16.297,31	-9,96%	22.891,65	0,70%	40,46%
total	572.087,65	667.378,64	16,66%	755.680,80	13,23%	698.771,98	-7,53%	712.669,39	1,99%	731.226,79	22,35%	2,60%
total	3.255.283,62	3.422.796,36	5,15%	3.346.504,89	-2,23%	3.224.675,71	-3,64%	3.196.343,31	-0,88%	3.271.391,04	100,00%	2,35%

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas totais, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas totais baixou relativamente a 2016.

Despesa Pessoal / Despesa Total												
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com Pessoal	3.666.294	3.571.172	3.671.250	3.718.988	3.836.955	3.605.062	3.255.284	3.422.796	3.346.505	3.224.676	3.196.343,31	3.271.391,04
Despesas Totais	15.270.439	10.668.446	12.248.382	12.627.764	14.380.457	13.241.108	13.625.747	10.057.590	10.968.870	11.087.002	11.454.903,49	12.913.638,44
Desp. Pessoal/ Totais	24,01%	33,47%	29,97%	29,45%	26,68%	27,23%	23,89%	34,03%	30,51%	29,09%	27,90%	25,33%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afetos às Juntas de Freguesia

	Nº de Funcionários	Valor
Arganil	0	0,00
Benfeita	2	17.677,56
Celavisa	1	10.648,16
Folques	1	9.449,47
Piódão	3	29.495,89
Pomares	2	18.107,20
Pombeiro Beira	3	21.078,41
S.Mart.Cortiça	0	0,00
Sarzedo	0	0,00
Secarias	0	0,00
União Freguesias de Cepos Teixeira	2	17.800,95
União Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	2	17.811,78
União Freguesias de Coja e Barril de Alva	1	9.170,34
União Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	1	8.904,75
Total	18	160.144,51

Refere-se ainda que, a título de Adenda aos Contratos de Delegação de Competências foram transferidos os seguintes valores:

- União de Freguesias de Coja e Barril de Alva – 32.281,56€;
- União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz - 21.521,04€;
- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 10.760,52€;
- União de Freguesias de Cepos e Teixeira – 10.760,52€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 32.281,56€;
- Freguesia Folques – 10.760,52€;
- Freguesia da Benfeita – 10.760,52€;
- Freguesia do Sarzedo – 21.521,04€;
- Freguesia das Secarias – 10.760,52€;
- Freguesia de Pomares – 10.760,52€;

- Freguesia de Celavisa – 13.318,47€;
- Freguesia de Pombeiro da Beira – 9.146,44€
- Freguesia de Arganil – 10.760,52€

Num total de 205.393,75€.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

Para o ano de 2017 a Lei de Orçamento de Estado dispõe no n.º 4 do artigo 60º que “O montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico, conforme previsto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto -Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, 83-C/2013, de 31 de dezembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 7-A/2016, de 30 de março, e pela presente lei, a distribuir conforme o ano anterior.”

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2017, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 265.482,00€ (valor definido na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Orçamento de Estado para 2017), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2017 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2017 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 810.884,06€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 258.659,93€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2017 relativos ao funcionamento do 1.º CEB, Pré – Escolar e transportes escolares 3.º ciclo:

FSM 2017					
Despesas com Educação	Financiamento				Despesa Suportada pelo Município
	Despesa Municipal	Comparticipação Estado	Protocolos com a DGEstE	Famílias	
Transportes Escolares	404.674,43				
Refeições Escolares	122.732,35				
Prolongamento horário	13.854,30	265.482,00	200.429,30	86.312,83	258.659,93
Pessoal Auxiliar	185.396,78				
Outras Despesas de Fun. Corrente	84.226,20				
Total	810.884,06	265.482,00	200.429,30	86.312,83	258.659,93

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um *deficit* de 32%, que é diretamente participado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 258 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB, Pré-Escolar e transportes escolares do 3.º ciclo.

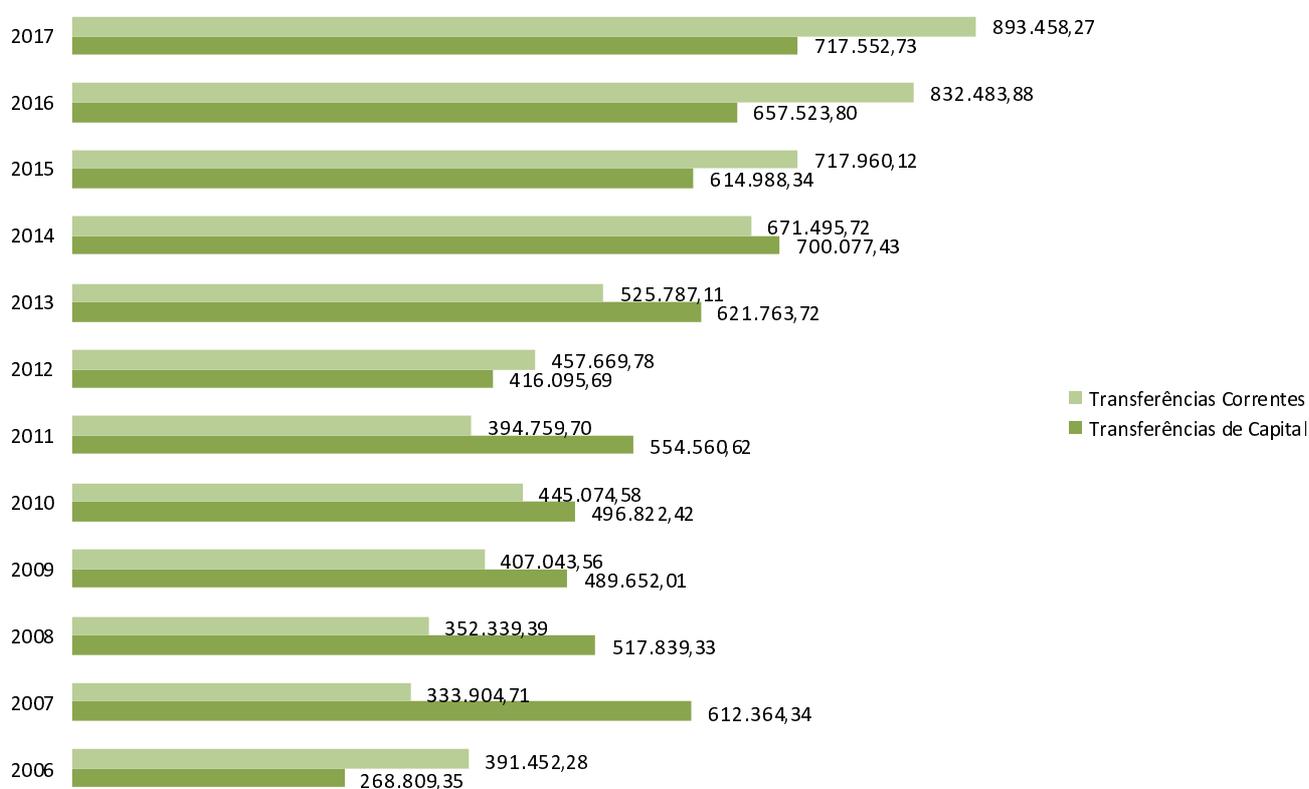
A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos através da aquisição de livros escolares, reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor da aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 3.146,87€.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos doze anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital												
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Transferências Correntes	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78	525.787,11	671.495,72	717.960,12	832.483,88	893.458,27
Transferências de Capital	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69	621.763,72	700.077,43	614.988,34	657.523,80	717.552,73



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2017 as transferências correntes verificaram o maior valor de sempre.

Esta situação ocorre como consequência do aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, através de adendas aos contratos de delegação de competências e contratos programa, e para as Instituições Sem Fins Lucrativos.

Das Transferências Correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 12,64% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 33,65%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito dos Contratos e Acordos de Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 79,13% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja, para a Cáritas Diocesana de Coimbra e para o Grupo Desportivo Cultural de S. Martinho da Cortiça.

Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta (transferência), quer de forma indireta (pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal):

Montantes Recebidos directa e indirectamente pelas Juntas de Freguesia						
Freguesia	Delegação de Competências	Adendas aos contratos de Delegação Comp.	Contratos Programa	Outros Apoios	Pessoal	Total
Arganil	25.000,00	10.760,52	20.500,00		0,00	56.260,52
Benfeita	11.042,45	19.211,40	29.723,80		17.677,56	77.655,21
Celavisa	8.000,00	13.318,48	35.740,04		10.648,16	67.706,67
Folques	9.854,33	10.760,52	11.713,40		9.449,47	41.777,72
Piódão	12.176,71	0,00	30.148,34		29.495,89	71.820,94
Pomares	15.119,84	10.760,52	22.982,44		18.107,20	66.970,00
Pombeiro Beira	18.675,41	25.051,90	25.066,53		21.078,41	89.872,25
S. Martinho Cortiça	21.587,28	56.267,05	32.451,93		0,00	110.306,26
Sarzedo	11.702,82	21.521,04	18.121,90	18.487,71	0,00	69.833,47
Secarias	8.000,00	10.760,52	23.668,00		0,00	42.428,52
União Freg. de Cepos Teixeira	12.642,80	10.760,52	52.368,46	6.650,27	17.800,95	100.223,00
União Freg. de Cerdeira e Moura da Serra	10.915,70	20.590,87	9.147,07		17.811,78	47.549,72
União Freg. de Coja e Barril de Alva	22.235,15	32.281,56	25.092,61		9.170,34	88.779,66
União Freg. de Vila Cova de Alva e Anseriz	13.047,50	21.521,04	43.000,00		8.904,75	86.473,29
Total	199.999,99	263.565,94	379.724,52	25.137,98	160.144,51	1.017.657,23

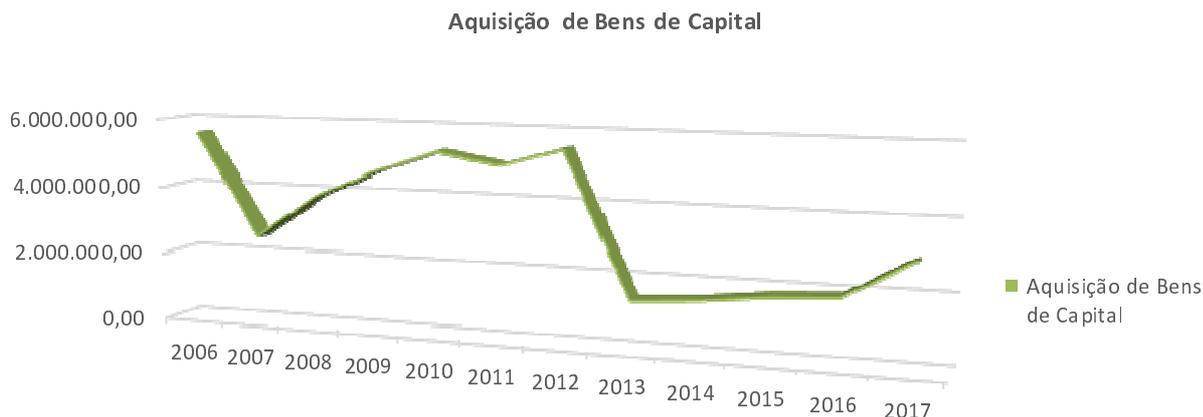
Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 4,90% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos às Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram:
 - S. Martinho da Cortiça – 23.985,49€;
 - Pombeiro da Beira – 15.905,46€.
- Os valores pagos à União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra e à Freguesia da Benfeita relativo às adendas de delegação de competências no âmbito da gestão de sistemas de abastecimento de água perfizeram:
 - Cerdeira e Moura da Serra – 9.830,35€;
 - Benfeita – 8.450,88€.

Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos doze anos.

Aquisição de Bens de Capital												
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aquisição de Bens de Capital	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.118,23	5.491.895,86	1.406.213,47	1.547.075,25	1.771.871,47	1.887.538,28	2.963.103,48



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma pequena subida relativamente aos anos de 2015 e 2016, sem contudo atingir os valores de anos anteriores. A justificação desta situação prende-se com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que, a sua aplicação, apesar de ser extremamente positiva tem aspetos práticos, que carecem de aperfeiçoamento e que de alguma forma condicionam a atuação do Município nas suas opções de despesa, bem como os atrasos relacionados com projetos cofinanciados por fundos comunitários.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 162.636,42€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica Aquisição de Bens de Capital representa 22,95% das Despesas Totais.

Análise da Despesa Facturada

Orçamental	2014			2015			2016			2017		
	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %
Despesas Correntes												
Pessoal	3.391.018,00	3.346.971,63	98,70%	3.552.687,00	3.230.342,46	90,93%	3.424.287,00	3.196.343,31	93,34%	3.486.137,00	3.274.462,62	93,93%
Aquisição de Bens e Serviços	4.128.000,00	3.444.869,04	83,45%	4.164.000,00	3.345.624,88	80,35%	4.339.300,00	3.484.829,48	80,31%	4.270.798,00	3.544.012,35	82,98%
Juros e Outros Encargos	116.000,00	107.397,75	92,58%	72.000,00	59.393,09	82,49%	59.500,00	43.153,02	72,53%	39.200,00	31.488,13	80,33%
Transferências Correntes	703.300,00	671.495,72	95,48%	767.100,00	718.610,91	93,68%	940.060,00	840.370,61	89,40%	1.081.102,00	898.573,17	83,12%
Outras Despesas Correntes	401.500,00	349.856,84	87,14%	463.700,00	415.830,07	89,68%	539.500,00	486.494,26	90,18%	692.000,00	649.817,47	93,90%
Total Despesas Correntes	8.739.818,00	7.920.590,98	90,63%	9.019.487,00	7.769.801,41	86,14%	9.302.647,00	8.051.190,68	86,55%	9.569.237,00	8.398.353,74	87,76%
Despesas de Capital												
Aquisição de Bens de Capital	4.265.400,00	1.584.828,60	37,16%	5.331.774,00	1.793.748,90	33,64%	7.407.100,00	1.854.924,39	25,04%	10.086.346,00	3.125.739,90	30,99%
Transferências de Capital	858.000,00	700.077,43	81,59%	793.000,00	614.988,34	77,55%	913.000,00	684.010,46	74,92%	1.285.250,00	718.227,95	55,88%
Activos Financeiros	0,00	0,00	-	161.252,00	161.252,00	100,00%	80.626,00	0,00	0,00%	80.626,00	80.626,00	100,00%
Passivos Financeiros	980.000,00	977.307,62	99,73%	970.000,00	967.336,02	99,73%	965.000,00	964.219,87	99,92%	970.560,00	969.779,59	99,92%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	600,00%	0,00	0,00	700,00%	20.000,00	5.909,10	800,00%	9.000,00	7.694,19	85,49%
Total Despesas de Capital	6.103.400,00	3.262.213,65	53,45%	7.256.026,00	3.537.325,26	48,75%	9.385.726,00	3.509.063,82	37,39%	12.431.782,00	4.902.067,63	39,43%
Total das Despesas	14.843.218,00	11.182.804,63	75,34%	16.275.513,00	11.307.126,67	69,47%	18.688.373,00	11.560.254,50	61,86%	22.001.019,00	13.300.421,37	60,45%

Quadro Evolutivo da Despesa

	Var%	2012	2013	Var%	2014	Var%	2015	Var%	2016	Var%	2017	Var%
Orçamentado		17.704.101,00	15.073.753,00	-14,86%	14.843.218,00	-1,53%	16.275.513,00	9,65%	18.688.373,00	14,83%	22.001.019,00	17,73%
Cabimentado		15.445.478,09	11.569.226,29	-25,10%	12.364.331,00	6,87%	12.387.787,36	0,19%	12.864.303,55	3,85%	16.386.205,91	27,38%
Facturado		15.282.366,27	10.590.125,53	-30,70%	11.182.804,63	5,60%	11.307.126,67	1,11%	11.560.254,50	2,24%	13.300.421,37	15,05%
Executado		13.625.746,63	10.057.590,47	-26,19%	10.968.869,98	9,06%	11.087.001,96	1,08%	11.454.903,49	3,32%	12.913.638,44	12,73%



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2017

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	9.569.237,00	8.919.472,06	8.398.353,74	8.174.882,45	223.471,29	521.118,32
1.1 Pessoal	3.486.137,00	3.328.959,43	3.274.462,62	3.271.391,04	3.071,58	54.496,81
1.2 Aquisição de Bens	792.800,00	739.961,92	645.411,37	612.942,53	32.468,84	94.550,55
1.3 Aquisição de Serviços	3.477.998,00	3.203.663,97	2.898.600,98	2.730.963,46	167.637,52	305.062,99
1.4 Juros e Outros Encargos	39.200,00	31.488,13	31.488,13	31.488,13	0,00	0,00
1.5 Transferências Correntes	1.081.102,00	937.252,99	898.573,17	893.458,27	5.114,90	38.679,82
1.6 Outras Despesas Correntes	692.000,00	678.145,62	649.817,47	634.639,02	15.178,45	28.328,15
2. Despesas de Capital	12.431.782,00	7.055.266,79	4.902.067,63	4.738.755,99	163.311,64	2.153.199,16
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	1.801.700,00	1.460.560,02	1.150.514,81	1.062.349,56	88.165,25	310.045,21
2.2 Construções Diversas	7.274.206,00	2.743.892,94	1.513.427,57	1.452.385,63	61.041,94	1.230.465,37
2.3 Material de Transporte	87.000,00	42.330,97	42.330,97	30.077,44	12.253,53	0,00
2.4 Equipamento e Software Informático	311.040,00	276.186,08	116.896,25	116.896,25	0,00	159.289,83
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	499.400,00	438.539,84	294.098,74	292.923,04	1.175,70	144.441,10
2.6 Outros Investimentos	113.000,00	8.471,56	8.471,56	8.471,56	0,00	0,00
2.7 Transferências de Capital	1.285.250,00	1.027.185,19	718.227,95	717.552,73	675,22	308.957,24
2.8 Ativos Financeiros	80.626,00	80.626,00	80.626,00	80.626,00	0,00	0,00
2.9 Passivos Financeiros	970.560,00	969.780,00	969.779,59	969.779,59	0,00	0,41
2.10 Outras Despesas de Capital	9.000,00	7.694,19	7.694,19	7.694,19	0,00	0,00
Total de Despesas (1+2)	22.001.019,00	15.974.738,85	13.300.421,37	12.913.638,44	386.782,93	2.674.317,48

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 13.300.421,37€, representando mais 1.740.166,87€ do que no ano de 2016;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2017, que transitou para o exercício de 2018, foi de 386.782,93€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2017, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 2.674.317,48€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 87,76%;
 - Despesas de capital – 39,43%;

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2017 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 12.667.036,69€. Deste montante, 11.917.664,57€ são provenientes de receitas orçamentais e 749.372,12€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 13.553.803,17€, repartidas pelas despesas orçamentais (12.913.638,44€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (640.164,73€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2017, no valor total de 1.647.923,23€, o saldo a transitar para o ano económico de 2018, será de 761.156,75€. Este saldo da gerência de 2017 decompõe-se em 262.712,61€, como saldo de operações orçamentais, e em 498.444,14€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
	Saldo da gerência anterior (2016)	1.258.686,48
2017	Receitas	11.917.664,57
	Despesas	12.913.638,44
	Saldo para gerência seguinte	262.712,61
		498.444,14

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores														
Designação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Impostos Directos/ Receitas Correntes	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%	17,51%	17,16%	17,30%	15,51%	15
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%	11,15%	10,71%	11,81%	11,95%	11
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%	55,78%	56,40%	55,87%	56,02%	57
Receitas Correntes/ Receitas Totais	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%	82,38%	81,83%	82,34%	81,09%	80
Receitas Capital/ Receitas Totais	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%	13,67%	8,18%	7,81%	8,06%	10
Pessoal/ Despesas Correntes	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%	45,83%	43,22%	41,58%	39,70%	38
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%	41,82%	43,49%	43,06%	43,28%	42
Investimentos/ Despesas de Capital	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%	51,94%	48,58%	50,71%	52,86%	63
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%	26,08%	29,96%	27,35%	27,48%	19
Despesas Correntes/ Despesas Totais	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%	72,46%	70,83%	68,72%	69,65%	63
Despesas Capital/ Despesas Totais	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%	27,54%	29,17%	31,28%	30,35%	36
Pessoa/ Receitas Correntes	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%	37,63%	33,73%	31,56%	31,11%	31
Fundos/ Despesas Totais	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%	57,59%	52,27%	52,86%	52,43%	42
Amortizações+Juros/ Receitas Totais	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%	7,53%	8,74%	8,26%	7,95%	7
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%	121,80%	125,29%	131,75%	127,61%	125
Receitas Capital/ Despesas Capital	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%	53,18%	30,39%	27,44%	29,11%	27

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

4.6 Endividamento

Em matéria de endividamento o ano de 2017 está sujeito ao previsto na Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Assim, no que concerne à questão do endividamento, o n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma legal estabelece que: “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”

O n.º 2 do mesmo artigo vem ainda esclarecer que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O artigo 56º da Lei supra referida vem estabelecer que:

1 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

Assim, considerando que a dívida total de operações orçamentais no período “n” corresponde ao total das dívidas de terceiros do balanço no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria), evidencia-se no quadro seguinte o limite de endividamento para o ano de 2016, bem como a situação face ao mesmo limite:

Dívida total de operações orçamentais e limite		
Receita corrente líquida cobrada ano 2014		9.923.469,62
Receita corrente líquida cobrada ano 2015		10.236.348,98
Receita corrente líquida cobrada ano 2016		10.273.811,84
Média receita		10.144.543,48
Limite dívida total de operações orçamentais = 1,5 x média da receita		
	A	15.216.815,22
Dívida Total de Operações Orçamentais do Município Arganil 31-12-2016		3.801.074,70
Dívida total de Operações Orçamentais das Entidades Participadas pelo Mun. Arganil 31-12-2016		33.084,41
Total dívida total de operações orçamentais 31-12-2016	B	3.834.159,11
Margem dívida total de op. orçamentais (alínea b) do n.º 3 do art. 52º)		
	C=(A-B)x20%	2.276.531,22
Limite da dívida total de operações orçamentais a 31-12-2017		
	D=C+B	6.110.690,33
Valor dívida operações orçamentais em 31-12-2017		
	E	2.986.176,42
Valor dívida operações orçamentais das entidades participadas pelo Mun. Arg. em 31-12-2017 *		
	F	43.951,07
Margem dívida total de operações orçamentais		
	D-E-F	3.080.562,85

Sobre o quadro supra refere-se que o Orçamento de Estado para 2017 prevê que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total, pelo que, o total desse valor (322.504,17€) não está incluído no valor da dívida orçamental em 31-12-2017.

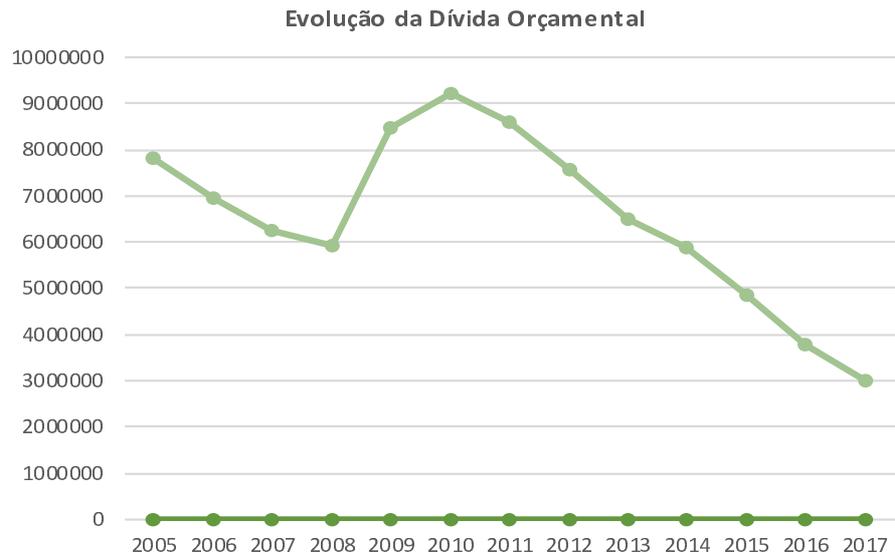
O montante em dívida das operações orçamentais das entidades participadas corresponde aos seguintes valores por entidade:

- AIRC – Associação Informática da Região Centro – 7.149,80€;
- ADESA – Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional – 33.144,98€;
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – 404,56€;
- CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – 2.740,54€;
- WRC - Agência de Desenv. Regional, EIM, SA – 511,18€.

Atendendo aos valores supra referidos podemos verificar que, em 31-12-2017, o Município de Arganil cumpre o novo limite, bem como existe larga margem até ao mesmo.

No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida orçamental nos últimos nove anos até ao período em análise:

Dívida Orçamental	
2005	7.804.361,79
2006	6.967.946,02
2007	6.255.856,60
2008	5.929.422,73
2009	8.482.145,70
2010	9.210.820,86
2011	8.620.255,51
2012	7.568.541,02
2013	6.503.463,89
2014	5.890.437,01
2015	4.852.421,47
2016	3.801.074,70
2017	2.986.176,42



Salienta-se que no valor de 2017 está incluído o valor da dívida à ADSE, gerado entre 1978 e 2005 e objeto de plano prestacional, no montante de 398.350,98€; durante o ano de 2017 foram pagos 30.000,00€, por conta do plano prestacional.

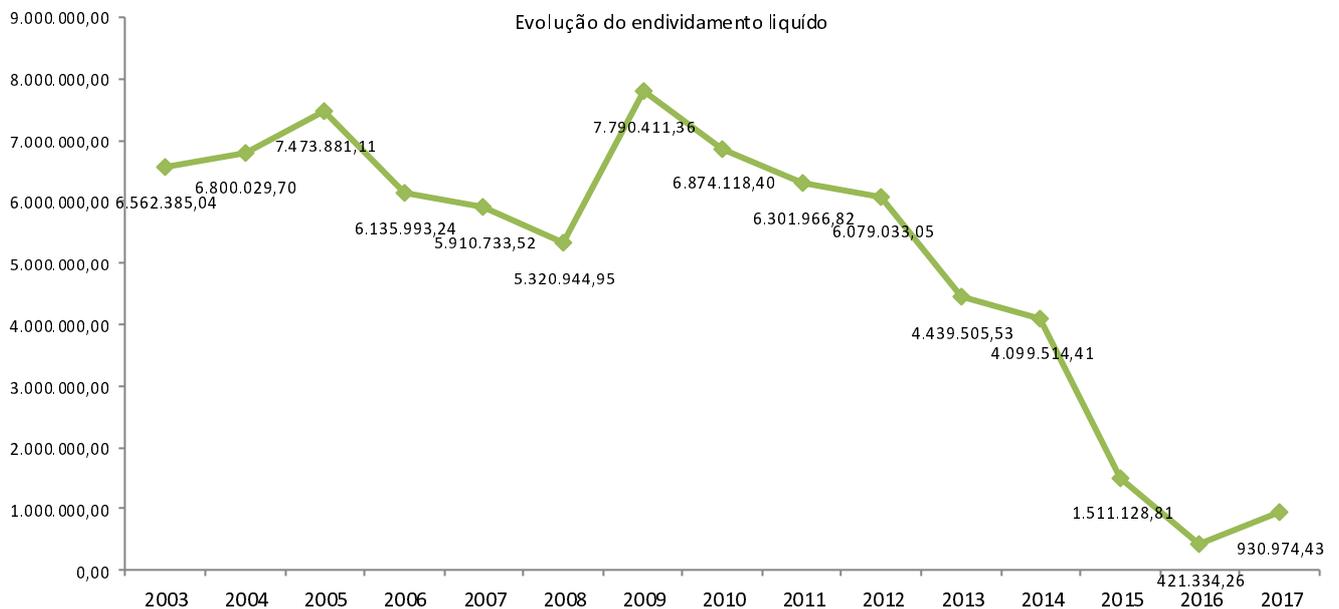
Da análise da informação anterior podemos concluir que o valor da dívida orçamental tem vindo progressivamente a diminuir desde de 2010.

Para melhor evidenciarmos esta situação efetuamos de seguida a análise do endividamento calculado de acordo com a fórmula utilizada até final de 2013, em que, "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros".

Município de Arganu
Relatório de Gestão – 2017

Endividamento líquido													
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. %
Financiamentos (1)													
Prazo													
Até 12 meses	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	5.145.775,96	4.178.439,95	3.214.220,07	2.250.000,20	1.594.444,60	-29,14%
Termo Locação Finan.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Prazo > 12 meses									966.535,57	855.909,57	745.283,57	640.229,15	-14,10%
Até 12 meses	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	977.307,62	967.336,01	964.219,87	964.219,87	655.555,60	-32,01%
Ativos (c/c e imobilizado)	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	320.446,34	219.254,10	218.882,17	123.587,92	330.792,07	167,66%
Outros Entes Públicos	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	49.331,15	40.909,11	18.307,63	20.652,44	18.917,80	-8,40%
Contribuição Autárquica	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.835,25	38.914,37	15.705,20	14.719,00	18.793,92	0,00	32.969,32	0,00	-
Prazo > 12 meses	518.818,39	365.361,55	363.262,30	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	424.836,47	445.133,33	363.652,63	456.899,40	567.356,61	24,18%
Provisões e Diferimentos*	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.538,13	415.483,06	390.299,15	405.493,62	416.032,91	414.807,47	-0,29%
Total dos Financeiros	7.734.814,43	7.048.539,72	6.697.670,94	9.231.874,93	10.005.526,11	9.347.741,46	8.276.765,58	7.347.899,60	7.226.701,14	6.040.685,56	5.009.645,63	4.222.103,30	-15,72%
Financiamentos (2)													
Até 12 meses	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	2.212,48	3.130,44	4.035,13	3.214,69	2.294,29	-28,63%
Outros Instituições Financeiras	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.792,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	1.588.116,73	1.565.072,96	1.740.581,56	1.644.708,54	758.862,46	-53,86%
Adiantamentos													
Prazo > 12 meses	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	25.268,12	41.137,43	138.589,85	213.807,06	178.495,18	201.454,87	257.511,05	257.878,66	0,14%
Outros Entes Públicos	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	34.296,52	77.162,99	134.691,84	59.856,70	129.679,17	116,65%
Prazo > 12 meses	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	244.746,95	293,66	749,38	114.839,38	8.047,84	-92,99%
Provisões e Diferimentos	33.058,80	51.103,19	178.028,08	93.659,02	375.221,42	564.173,25	565.050,51	594.339,35	507.774,35	1.652.786,82	1.720.405,86	1.346.591,30	-21,73%
Outros Financeiros	238.356,95	238.356,95	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	795.257,15	795.257,15	787.775,15	787.775,15	0,00%
Total dos Financeiros	1.598.821,19	1.137.806,20	1.376.725,99	1.441.463,57	3.131.407,71	3.045.774,64	2.197.732,53	2.908.394,07	3.127.186,73	4.529.556,75	4.588.311,37	3.291.128,87	-28,27%
Total do Endividamento Líquido (1)-(2)	6.135.993,24	5.910.733,52	5.320.944,95	7.790.411,36	6.874.118,40	6.301.966,82	6.079.033,05	4.439.505,53	4.099.514,41	1.511.128,81	421.334,26	930.974,43	120,96%

Evidencia-se de seguida em termos gráficos a evolução do endividamento líquido:



Do quadro e gráfico supra podemos tirar as seguintes conclusões:

- Regista-se um aumento de 120,96% do endividamento líquido, relativamente ao final do ano de 2016, valor este que em termos absolutos representa mais 509.640,17€;
- Esta redução resulta de um redução dos passivos (-15,72%) inferiores à redução dos ativos (-28,27%);
- Valor da dívida de médio e longo prazo tem vindo a diminuir fruto das amortizações dos empréstimos;
- O valor em médio e longo prazo de outros credores respeita ao registo do acordo de pagamento de dívida antiga à ADSE e do registo da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal;
- Verifica-se um aumento da dívida a fornecedores na ordem dos 168%, que em valores absolutos se traduz em mais 207.204,15€;
- 53% do endividamento concentra-se no médio e longo prazo.

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo									
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	%
Amortização de Capital	532.155,31	525.584,89	521.752,04	749.529,43	977.307,62	967.336,02	964.219,87	964.219,87	96,65%
Encargos Financeiros	84.218,05	184.636,39	166.144,94	92.440,78	82.481,29	59.129,89	43.153,02	31.433,14	3,14%
Serviço da Dívida	616.373,36	710.221,28	687.896,98	841.970,21	1.059.788,91	1.026.465,91	1.007.372,89	997.670,01	100,00%

O total do serviço da dívida em 2017 ascendeu a 997.670,01€.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 31.433,14€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 964.219,87€, as quais representam 96,65% do valor total do serviço da dívida.

Em 2017 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:
 - Empréstimo Médio Longo Prazo – 955.555,60€
 - Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 8.664,27€;
- Encargos Financeiros:
 - Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 31.400,78€
 - Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 32,36€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2017, venceram-se os Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Arganil, em 31-12-2017, bem como a contribuição de cada uma para a dívida do Município:

Participações do Município de Arganil em 31-12-2017

Entidade Participada		Tipo de entidade	% da participação	Resultado Líquido antes de impostos em 31-12-2017	Contribuição para a dívida bruta do Município	Observações
Denominação	N.I.P.C.					
Águas do Centro Litoral, SA	513606181	Societária	0,47%	5.569.358,98	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro	503004405	Societária	0,64%	988.099,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,36%	-249.247,16	511,18	Contribui para a dívida bruta uma vez que não cumpre o disposto na alínea do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013 de setembro
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E. M .	504475606	Societária	0,15%	27.363,27	0,00	Cumprido o disposto na alínea c) do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não societária	2,49%	-170.254,39	7.149,80	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro
ADESA - Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não societária		-43.983,00	33.144,98	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios	501627413	Não societária		177.431,17	404,56	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	508354617	Não societária		406.818,83	2.740,54	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	507709705	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Considerando os dados existentes à data da elaboração do presente relatório verifica-se que, as entidades participadas pelo Município de Arganil contribuem em 43.951,07€ para a dívida bruta do Município de Arganil.

5. Balanço e Demonstração de Resultados

5.1 Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município totalizavam, em 31 de Dezembro de 2017, 51.907.567,79€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2016 para 2017 diminuiu 1.028.456,16€ (-1,94%).

Após o pico registado em 2012, em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 6 anos, verifica-se uma quebra resultado em parte das amortizações.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (95,03%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

No ano 2017, verificou-se a diminuição do ativo circulante, onde estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, educação, entre outras, as matérias-primas e os depósitos em instituições financeiras e caixa.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2017.

O aumento significativo desta rubrica, e como já foi referido anteriormente, resulta da contabilização como acréscimo de proveitos do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) de 2017 a receber apenas em 2018.

Os Fundos Próprios diminuíram 0,58% relativamente ao ano de 2016, são constituídos maioritariamente pelo Património e a sua variação resulta igualmente da aplicação dos resultados de exercícios anteriores.

Assim, o valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações quer do Balanço Inicial, quer de exercícios anteriores;

O resultado líquido foi negativo no valor de 153.970,20€, registando uma diminuição relativamente a 2016 de 658.666,25€.

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 498.615,24€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 10.613.957,03€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 96% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 4% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2017, que à data de 31-12-2017 não se encontravam registados na contabilidade.

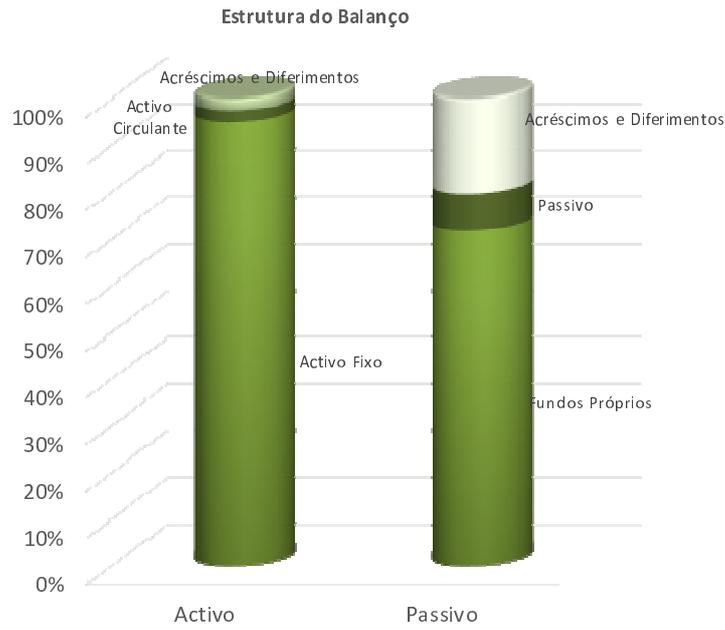
Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.

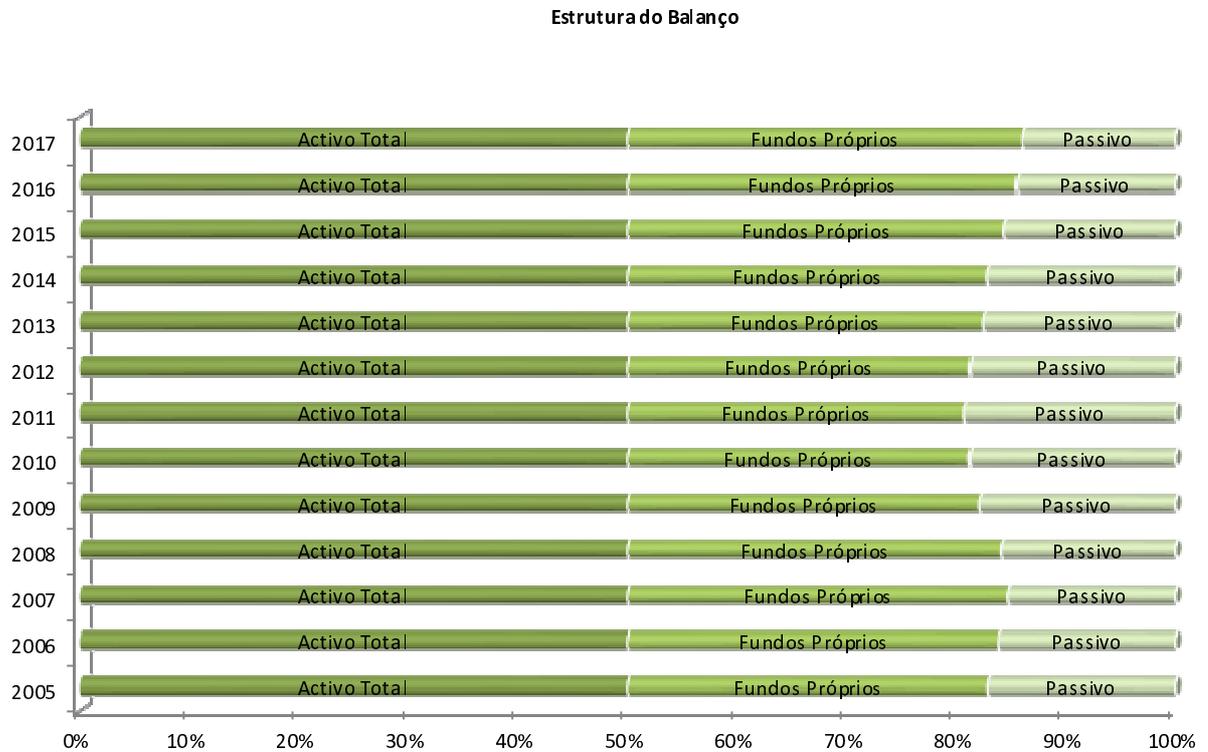
O valor, de outros credores, considerado em dívidas de 3.ºs de médio e longo prazo respeitam ao plano de pagamentos da ADSE e ao já anteriormente referido da contabilização da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal.

Atividade e Evolução Patrimonial da Autarquia

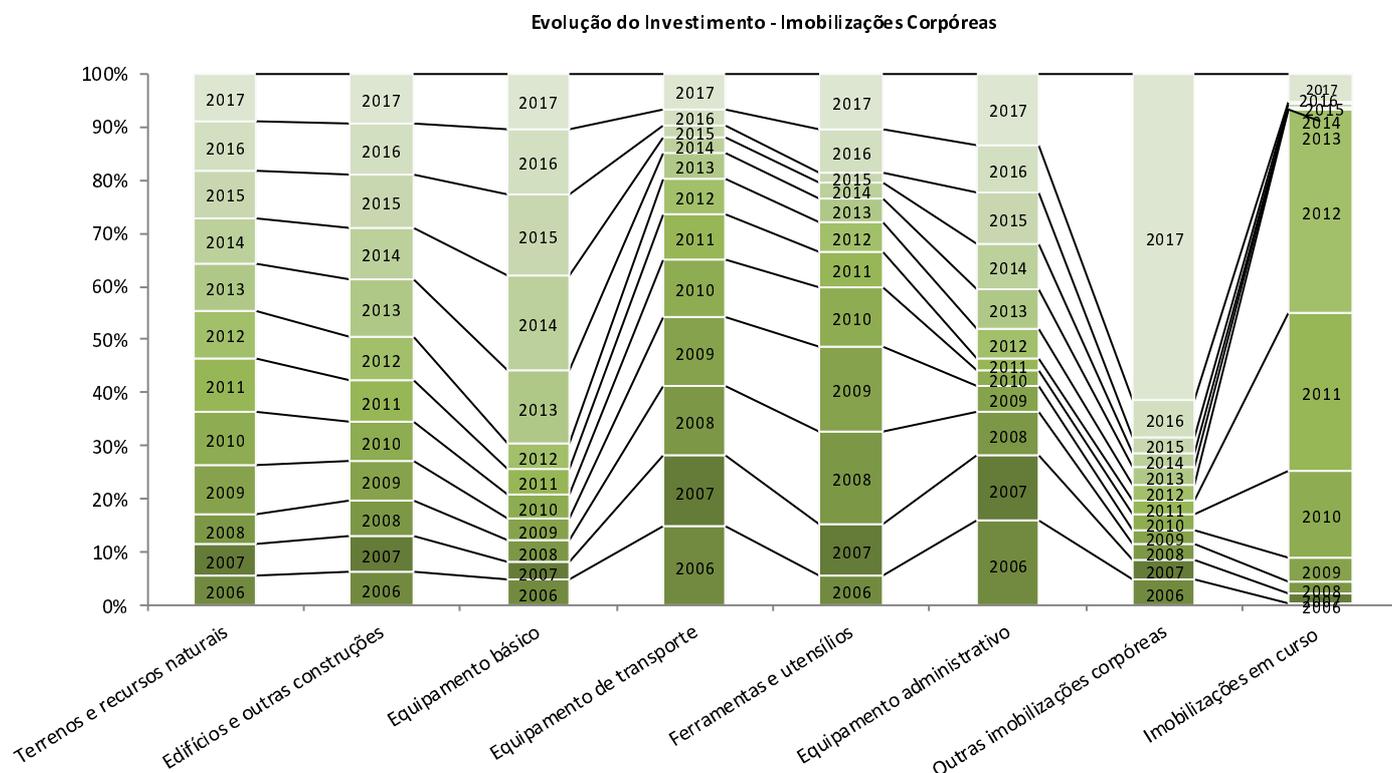
Designação	2013		2014		2015		2016		2017		Variação 16/17	
	Valor	%										
Ativo	52.098.858,58	94,98%	51.096.157,63	95,52%	50.106.103,97	92,94%	49.055.725,74	92,67%	49.328.137,83	95,03%	272.412,09	0,56%
bens do Domínio Público	23.621.073,27	43,06%	22.968.310,01	42,94%	22.568.913,14	41,86%	22.119.842,03	41,79%	21.758.463,27	41,92%	-361.378,76	-1,63%
mobilizações Incorpóreas	242.963,04	0,44%	156.330,13	0,29%	103.645,49	0,19%	62.117,45	0,12%	66.161,27	0,13%	4.043,82	6,51%
mobilizações Corpóreas	28.003.947,29	51,05%	27.176.260,34	50,80%	26.638.288,19	49,41%	26.085.991,11	49,28%	26.715.738,14	51,47%	629.747,03	2,41%
Investimentos Financeiros	230.874,98	0,42%	795.257,15	1,49%	795.257,15	1,48%	787.775,15	1,49%	787.775,15	1,52%	0,00	0,00%
Passivo	2.161.214,91	3,94%	1.888.277,35	3,53%	2.154.914,48	4,00%	2.159.892,35	4,08%	1.232.838,66	2,38%	-927.053,69	-42,92%
Atividades Primárias, Subsidiárias e de Consumo	78.035,17	0,14%	64.122,12	0,12%	73.401,70	0,14%	79.761,99	0,15%	76.076,24	0,15%	-3.685,75	-4,62%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	492.850,53	0,90%	255.951,83	0,48%	336.896,09	0,62%	432.207,13	0,82%	395.605,67	0,76%	-36.601,46	-8,47%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1.590.329,21	2,90%	1.568.203,40	2,93%	1.744.616,69	3,24%	1.647.923,23	3,11%	76.156,75	1,47%	-886.766,48	-53,81%
Créscimos e Diferimentos	594.339,35	1,08%	507.774,35	0,95%	1.652.786,82	3,07%	1.720.405,86	3,25%	1.346.591,30	2,59%	-373.814,56	-21,73%
Activo (1+2+3)	54.854.412,84	100,00%	53.492.209,33	100,00%	53.913.805,27	100,00%	52.936.023,95	100,00%	51.907.567,79	100,00%	-1.028.456,16	-1,94%
Passivo	34.296.724,94	96,45%	34.411.931,13	98,20%	34.462.704,95	93,03%	36.334.617,71	96,84%	36.814.078,96	98,69%	479.461,25	1,32%
Reservas	540.273,10	1,52%	576.451,71	1,65%	579.124,02	1,56%	679.292,65	1,81%	754.247,45	2,02%	74.954,80	11,03%
Resultados Transitados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.398.918,44	3,78%	0,00	0,00%	-111.853,22	-0,30%	-111.853,22	-
Resultado Líquido do Exercício	723.572,16	2,03%	53.446,13	0,15%	604.454,23	1,63%	504.696,05	1,35%	-153.970,20	-0,41%	-658.666,25	-130,51%
Dos Próprios (4+5+6+7)	35.560.570,20	100,00%	35.041.828,97	100,00%	37.045.201,64	100,00%	37.518.606,41	100,00%	37.302.502,99	100,00%	-216.103,42	-0,58%
Provisões para Riscos e Encargos	305.822,48	1,59%	305.100,00	1,65%	277.311,94	1,64%	183.811,94	1,19%	183.811,94	1,26%	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Médio e longo	5.145.775,96	26,67%	5.144.975,52	27,89%	4.070.129,64	24,13%	2.995.283,77	19,43%	2.234.673,75	15,30%	-760.610,02	-25,39%
Dívidas a instituições de crédito	5.145.775,96	26,67%	4.178.439,95	22,65%	3.214.220,07	19,05%	2.250.000,20	14,59%	1.594.444,60	10,92%	-655.555,60	-29,14%
Outros Credores			966.535,57		855.909,57	5,07%	745.283,57	4,83%	640.229,15	4,38%	-105.054,42	-14,10%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.786.640,58	9,26%	1.691.426,47	9,17%	1.565.062,30	9,28%	1.598.328,95	10,37%	1.572.622,08	10,77%	-25.706,87	-1,61%
Empréstimos de curto prazo	977.307,62	5,07%	967.336,01	5,24%	964.219,87	5,72%	964.219,87	6,25%	655.555,60	4,49%	-308.664,27	-32,01%
Fornecedores, c/c	234.998,73	1,22%	219.254,10	1,19%	204.940,74	1,21%	105.507,50	0,68%	218.255,11	1,49%	112.747,61	106,86%
Fornecedores - Facturas em recepção e conf.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Fornecedores de imobilizado, c/c	85.447,61	0,44%	40.909,11	0,22%	13.941,43	0,08%	18.080,42	0,12%	112.536,96	0,77%	94.456,54	522,42%
Estado e outros entes públicos	49.331,15	0,26%	18.793,92	0,10%	18.307,63	0,11%	20.652,44	0,13%	18.917,80	0,13%	-1.734,64	-8,40%
Administração autárquica	14.719,00	0,08%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	32.969,32	0,21%	0,00	0,00%	-32.969,32	-100,00%
Outros credores	424.836,47	2,20%	445.133,33	2,41%	363.652,63	2,16%	456.899,40	2,96%	567.356,61	3,88%	110.457,21	24,18%
Créscimos e Diferimentos	12.055.603,62	62,48%	11.308.878,37	61,29%	10.956.099,75	64,95%	10.639.992,88	69,01%	10.613.957,03	72,67%	-26.035,85	-0,24%
Passivo (8+9+10+11)	19.293.842,64	100,00%	18.450.380,36	100,00%	16.868.603,63	100,00%	15.417.417,54	100,00%	14.605.064,80	100,00%	-812.352,74	-5,27%
Fundos Próprios e Passivo	54.854.412,84		53.492.209,33		53.913.805,27		52.936.023,95		51.907.567,79		-1.028.456,16	-1,94%



No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 13 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:

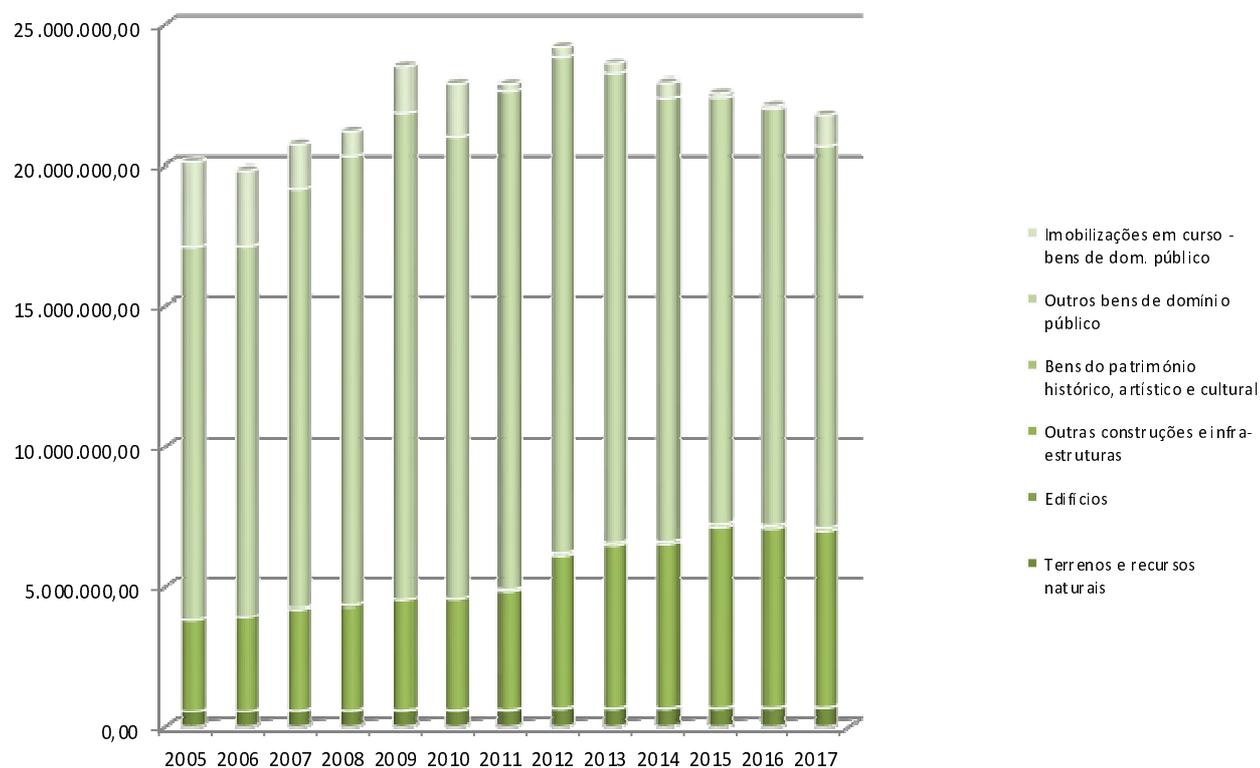


Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos Bens do Domínio Público, nos últimos 13 anos:



Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Terrenos e recursos naturais	4.303.908,15	4.370.957,96	3.829.537,83	3.732.732,33	3.804.073,91	3.804.073,91	3.872.921,64	3.922.641,64
Edifícios e outras construções	15.806.463,87	16.593.726,54	18.387.818,93	22.851.949,95	21.717.523,86	21.361.091,74	20.904.472,80	20.654.283,36
Equipamento básico	355.817,30	376.918,36	357.527,06	1.063.334,55	1.380.621,91	1.168.894,66	967.905,69	792.364,45
Equipamento de transporte	487.983,21	378.831,18	311.237,67	210.240,72	127.516,76	103.661,60	14.184,09	297.451,58
Ferramentas e utensílios	12.897,89	7.426,48	6.740,58	4.945,69	3.536,99	2.267,77	9.178,82	12.321,16
Equipamento administrativo	34.877,48	31.073,93	67.066,40	96.004,24	106.322,41	117.288,68	112.148,19	167.930,24
Outras imobilizações corpóreas	813,42	813,42	813,42	876,58	813,42	813,42	1.959,98	17.182,83
Imobilizações em curso	2.664.935,25	4.792.112,76	6.164.307,35	43.863,23	35.851,08	80.196,41	75.558,90	851.562,88
Total	23.667.696,57	26.551.860,63	29.125.049,24	28.003.947,29	27.176.260,34	26.638.288,19	26.085.991,11	26.715.738,14

Evolução Investimento - Bens do domínio público



Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Terenos e recursos naturais	601.140,92	614.395,47	675.800,40	675.800,40	675.800,40	687.932,90	696.949,01	707.057,29
Edifícios	17.512,11	15.668,33	15.382,77	15.060,57	14.738,37	14.416,17	14.093,97	13.771,77
Outras construções e infra-estruturas	3.913.818,85	4.173.580,95	5.377.735,24	5.760.424,93	5.801.830,57	6.421.681,75	6.374.218,53	6.266.509,67
Bens do património histórico, artístico e cultural		103.754,51	106.691,90	115.034,38	115.034,38	115.034,38	115.034,38	120.334,38
Outros bens de domínio público	16.479.567,49	17.738.641,55	17.691.979,78	16.682.773,28	15.778.470,98	15.170.855,46	14.808.865,61	13.571.555,60
Imobilizações em curso - bens de dom. público	1.930.497,87	290.643,48	355.559,69	371.979,71	582.435,31	158.992,48	110.680,53	1.079.234,56
Total	22.942.537,24	22.936.684,29	24.223.149,78	23.621.073,27	22.968.310,01	22.568.913,14	22.119.842,03	21.758.463,27

5.2 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2016 registou total de custos, no valor de 11.760.930,90 €, e um total de proveitos no valor de 11.606.960,70€, que originaram um resultado líquido de -153.970,20€.

Resultados do Exercício							Variação	
Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Valor	%
Resultados Operacionais	187.224,61	-633.467,06	-1.223.124,12	-646.261,19	-696.401,58	-1.279.695,56	-583.293,98	83,76%
Resultados Financeiros	888.586,55	994.622,37	1.074.397,05	1.069.927,39	1.138.762,11	1.016.334,96	-122.427,15	-10,75%
Resultados Correntes	1.075.811,16	361.155,31	-148.727,07	423.666,20	442.360,53	-263.360,60	-705.721,13	-159,54%
Res. Líquido do Exercício	1.304.462,28	723.572,16	53.446,13	604.454,23	504.696,05	-153.970,20	-658.666,25	-130,51%

Do quadro acima verifica-se que todos os resultados do exercício verificaram uma diminuição relativamente a 2016.

No ano de 2017 mais uma vez os proveitos operacionais foram inferiores aos custos operacionais originando um resultado operacional negativo.

Para esta situação contribuiu:

- O aumento dos custos, nomeadamente:
 - Transferências e subsídio corrente concedido onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia e para Instituições Sem Fins Lucrativos, no total mais 70.369,80€ do que em 2016;
 - Amortizações do exercício – mais 43.946,47€ do que em 2016.
- A diminuição da receita nomeadamente:
 - Trabalhos para a própria empresa – menos 56.088,31€ do que em 2016;

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor em 2017 de 109.390,40€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de -153.970,20€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 28,26% e 32,95%, respetivamente.

Relativamente à rúbricas das amortizações ela registou o valor de 2.819.412,10€ a qual reflete os investimentos realizados em anos anteriores.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2017 que ascendeu a 120.002,77€.

A rúbrica de custos e perdas financeiras verificou uma diminuição no ano de 2017, em resultado da diminuição dos juros dos empréstimos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um aumento relativamente a 2016. Nesta rúbrica estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia a título de, contratos de delegação de competências e contrato programa.

Proveitos

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.606.960,70€, os quais diminuíram 1,24% comparativamente a 2016.

A Venda bens e prestação de serviços representam 10,67% dos proveitos contabilizados e registaram um acréscimo de 4,50% relativamente a 2016.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 56,94% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.051.149,11€.

O valor dos proveitos extraordinários representa 7,12% do total da estrutura dos proveitos.

Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Exercícios			
	2017		2016	
Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
612	0,00		0,00	
616	120.002,77	120.002,77	106.116,60	106.116,60
62	3.875.081,52		3.327.345,19	
Custos com o pessoal:				
64+642	2.635.023,52		2.670.784,67	
643 a 648	689.037,67	7.199.142,71	667.920,56	6.666.050,42
63	813.984,64	813.984,64	743.614,84	743.614,84
66	2.819.412,10		2.775.465,63	
67	8.041,69	2.827.453,79	39.411,44	2.814.877,07
65	48.234,16	48.234,16	48.597,71	48.597,71
(A)		11.008.818,07		10.379.256,64
68	34.814,15	34.814,15	50.324,78	50.324,78
(C)		11.043.632,22		10.429.581,42
69	717.298,68	717.298,68	818.362,32	818.362,32
(E)		11.760.930,90		11.247.943,74
88	0,00	-153.970,20	0,00	504.696,05
		11.606.960,70		11.752.639,79
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111	0,00		0,00	
7112+7113	443.000,94		443.246,10	
712	714.622,87		691.490,11	
713	12.745,05		21.673,59	
715	-3.115,30		-1.900,10	
716	-29,56		0,00	
714	71.282,17	1.238.506,17	28.229,82	1.182.739,52
72	1.873.644,03		2.109.381,83	
	0,00		0,00	
75	7.985,45		64.073,76	
73	0,00		0,00	
74	6.608.986,86		6.326.659,95	
76	0,00	8.490.616,34	0,00	8.500.115,54
(B)		9.729.122,51		9.682.855,06
78	1.051.149,11	1.051.149,11	1.189.086,89	1.189.086,89
(D)		10.780.271,62		10.871.941,95
79	826.689,08	826.689,08	880.697,84	880.697,84
(F)		11.606.960,70		11.752.639,79

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)		-1.279.695,56	-696.401,58
Resultados Financeiros: (D)- (C)- (A)		1.016.334,96	1.138.762,11
Resultados Correntes: (D)- (C)		-263.360,60	442.360,53

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo, e uma vez que, o Resultado Líquido é negativo propõe-se que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Conta resultados transitados	
Saldo da conta 59	-111.853,22
RLE 2017	-153.970,20
Total	-265.823,42

7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2018 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

8. Contabilidade de Custos

Tendo em conta que a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras tradicionais se torna limitada e que o controlo orçamental dos organismos públicos está sujeito a medidas mais restritivas, fundamentalmente no que diz respeito à despesa, a contabilidade de custos assume um papel determinante como medida de análise e controlo, auxiliando o processo de tomada de decisões dos gestores públicos.

De modo a dar cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL, continuámos a utilizar e a aprofundar o sistema de Contabilidade Analítica, o que permitiu apurar custos por bens e serviços, funções, centros de responsabilidade e proveitos.

Considerando que um dos objetivos da contabilidade analítica é aplicar métodos de imputação que transformem, o mais possível, os custos indiretos em diretos, em 2017 reforçámos a atenção neste aspeto imputando custos, que anteriormente tinham sido considerados indiretos, em diretos a bens ou serviços. Podemos salientar a imputação de encargos com colaboradores que em anos anteriores tinham sido afetos a funções e passaram a estar afetos a serviços.

Com a implementação e o constante aperfeiçoamento deste instrumento, constata-se que a tomada de decisões, apoiadas pela análise e informação obtida através do recurso à contabilidade de custos, apresentam um maior grau de certeza face à anteriormente obtida, tornando-se num mecanismo de gestão que potencializa a eficiência dos recursos existentes e utilizados, proporcionando uma informação cada vez mais pormenorizada e aproximada do real, podendo proporcionar uma tomada de decisão mais correta.

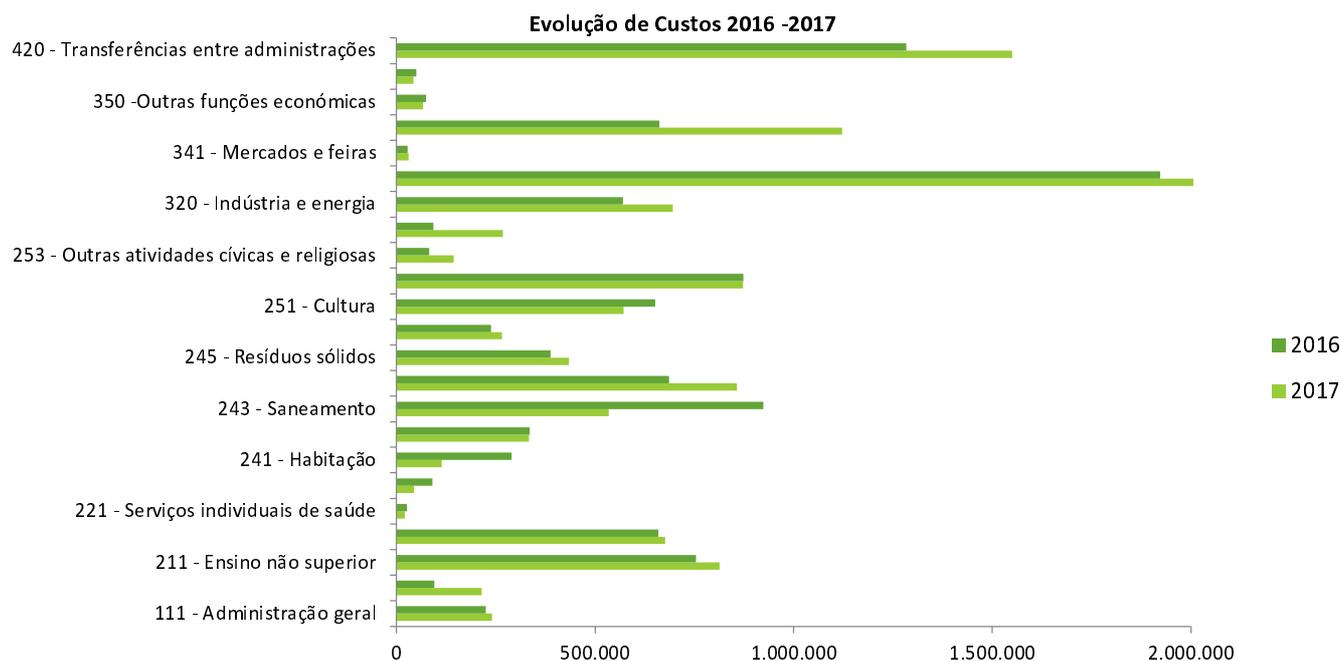
8.1 Análise de Custos

O ponto 2.8.3.1 do POCAL estabelece que *“a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”*.

O custo das funções, dos bens e serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros, conforme estipula o ponto 2.8.3.2 do POCAL. Para a soma dos custos diretos concorrem os custos de materiais, de mão-de-obra direta, o custo das máquinas e viaturas e outros custos diretos.

Na tabela e gráfico 1 lista-se a distribuição dos custos por funções do ano 2017, comparando com o ano de 2016.

Quadro Comparativo - Classificação Funcional 2016 - 2017					
Classificação Funcional		2017		2016	
		Custo por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	454.616,18 €	3,77%	320.619,27 €	2,91%
110	Serviços gerais de administração pública	240.426,26 €	1,99%	225.132,30 €	2,05%
111	Administração geral	240.426,26 €	1,99%	225.132,30 €	2,05%
120	Segurança e ordem públicas	214.189,92 €	1,78%	95.486,97 €	0,87%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	214.189,92 €	1,78%	95.486,97 €	0,87%
2	Funções sociais	5.682.081,88 €	47,12%	6.000.594,93 €	54,52%
210	Educação	1.490.041,45 €	12,36%	1.413.766,94 €	12,85%
211	Ensino não superior	813.285,29 €	6,74%	753.811,40 €	6,85%
212	Serviços auxiliares de ensino	676.756,16 €	5,61%	659.955,54 €	6,00%
220	Saúde	21.418,12 €	0,18%	27.155,67 €	0,25%
221	Serviços individuais de saúde	21.418,12 €	0,18%	27.155,67 €	0,25%
230	Segurança social	44.447,68 €	0,37%	90.310,63 €	0,82%
232	Ação social	44.447,68 €	0,37%	90.310,63 €	0,82%
240	Habituação e serviços coletivos	2.538.558,79 €	21,05%	2.862.089,38 €	26,01%
241	Habituação	114.169,64 €	0,95%	290.063,37 €	2,64%
242	Ordenamento do território	334.148,46 €	2,77%	335.740,39 €	3,05%
243	Saneamento	534.033,63 €	4,43%	923.697,51 €	8,39%
244	Abastecimento de água	856.597,38 €	7,10%	686.525,38 €	6,24%
245	Resíduos sólidos	434.111,77 €	3,60%	388.344,87 €	3,53%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	265.497,91 €	2,20%	237.717,86 €	2,16%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.587.615,84 €	13,16%	1.607.272,31 €	14,60%
251	Cultura	571.512,24 €	4,74%	651.481,82 €	5,92%
252	Desporto, recreio e lazer	872.054,90 €	7,23%	873.236,36 €	7,93%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	144.048,70 €	1,19%	82.554,13 €	0,75%
3	Funções económicas	4.330.299,23 €	35,91%	3.350.430,25 €	30,44%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	267.905,95 €	2,22%	92.852,20 €	0,84%
320	Indústria e energia	696.335,81 €	5,77%	569.592,26 €	5,18%
330	Transportes e comunicações	2.146.739,97 €	17,80%	1.922.826,40 €	17,47%
331	Transportes rodoviários	2.146.739,97 €	17,80%	1.922.826,40 €	17,47%
340	Comércio e turismo	1.152.000,71 €	9,55%	690.256,63 €	6,27%
341	Mercados e feiras	30.566,25 €	0,25%	28.612,25 €	0,26%
342	Turismo	1.121.434,46 €	9,30%	661.644,38 €	6,01%
350	Outras funções económicas	67.316,79 €	0,56%	74.902,76 €	0,68%
4	Outras funções	1.592.778,62 €	13,21%	1.334.154,51 €	12,12%
410	Operações da dívida autárquica	42.912,34 €	0,36%	50.556,85 €	0,46%
420	Transferências entre administrações	1.549.866,28 €	12,85%	1.283.597,66 €	11,66%
Total		12.059.775,91 €	100,00%	11.005.798,96 €	100,00%



Da análise do quadro atrás, constata-se que os custos incorporáveis ascendem a 12.059.775,91€ mostrando-se superiores aos de 2016.

Das quatro grandes rubricas das funções, a rubrica das Funções sociais é a que apresenta o maior valor de custos com 47,12% dos custos totais, sendo que os custos com o ensino não superior (6,74%), os serviços auxiliares de ensino (5,61%), os serviços de abastecimento de água (7,10%), desporto, recreio e lazer (7,23%) e cultura (4,74%) foram os que mais contribuíram para a referida preponderância.

As funções económicas representam 35,91% dos custos totais, custos estes que provêm essencialmente da função 331 transportes rodoviários (17,80%) e da função 342 turismo (9,3%).

8.2 Análise de Proveitos

O apuramento dos proveitos, não constituindo uma imposição legal, surge como um complemento à análise dos custos para assim poder determinar o grau de cobertura dos mesmos.

Ora, os dados apurados consistem apenas nos proveitos diretamente imputáveis aos diversos bens e serviços, não havendo a possibilidade de incorporar proveitos diretamente às funções. De referir que a diferença entre os proveitos apurados e os proveitos existentes são considerados “proveitos não incorporáveis”.

Grau de Cobertura dos Custos						
Classificação Funcional		Grau de Cobertura dos Custos %	2017			
			Proveitos por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	1719,55%	7.817.372,17 €	68,15%	454.616,18 €	3,77%
110	Serviços gerais de administração pública	3245,82%	7.803.795,85 €	68,03%	240.426,26 €	1,99%
111	Administração geral	3245,82%	7.803.795,85 €	68,03%	240.426,26 €	1,99%
120	Segurança e ordem públicas	6,34%	13.576,32 €	0,12%	214.189,92 €	1,78%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	6,34%	13.576,32 €	0,12%	214.189,92 €	1,78%
2	Funções sociais	36,99%	2.101.950,30 €	18,25%	5.682.081,88 €	47,12%
210	Educação	29,29%	436.476,02 €	3,81%	1.490.041,45 €	12,36%
211	Ensino não superior	53,00%	431.060,61 €	3,76%	813.285,29 €	6,74%
212	Serviços auxiliares de ensino	0,80%	5.415,41 €	0,05%	676.756,16 €	5,61%
220	Saúde	0,00%	- €	0,00%	21.418,12 €	0,18%
221	Serviços individuais de saúde	0,00%	- €	0,00%	21.418,12 €	0,18%
230	Segurança social	42,05%	18.691,26 €	0,16%	44.447,68 €	0,37%
232	Ação social	42,05%	18.691,26 €	0,16%	44.447,68 €	0,37%
240	Habituação e serviços coletivos	55,62%	1.411.973,32 €	12,23%	2.538.558,79 €	21,05%
241	Habituação	23,85%	27.233,50 €	0,24%	114.169,64 €	0,95%
242	Ordenamento do território	23,29%	77.816,98 €	0,68%	334.148,46 €	2,77%
243	Saneamento	68,41%	365.313,72 €	3,18%	534.033,63 €	4,43%
244	Abastecimento de água	71,65%	613.746,04 €	5,33%	856.597,38 €	7,10%
245	Resíduos sólidos	69,88%	303.342,50 €	2,59%	434.111,77 €	3,60%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	9,24%	24.520,58 €	0,21%	265.497,91 €	2,20%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	14,79%	234.809,70 €	2,05%	1.587.615,84 €	13,16%
251	Cultura	17,82%	101.819,19 €	0,96%	571.512,24 €	4,74%
252	Desporto, recreio e lazer	15,25%	132.946,96 €	1,09%	872.054,90 €	7,23%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	0,03%	43,55 €	0,00%	144.048,70 €	1,19%
3	Funções económicas	35,94%	1.556.428,83 €	13,57%	4.330.299,23 €	35,91%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	6,67%	17.860,15 €	0,16%	267.905,95 €	2,22%
320	Indústria e energia	148,24%	1.032.228,73 €	9,00%	696.335,81 €	5,77%
330	Transportes e comunicações	14,08%	302.196,77 €	2,63%	2.146.739,97 €	17,80%
331	Transportes rodoviários	14,08%	302.196,77 €	2,63%	2.146.739,97 €	17,80%
340	Comércio e turismo	15,14%	174.448,24 €	1,52%	1.152.000,71 €	9,55%
341	Mercados e feiras	161,81%	49.459,50 €	0,43%	30.566,25 €	0,25%
342	Turismo	11,15%	124.988,74 €	1,09%	1.121.434,46 €	9,30%
350	Outras funções económicas	44,11%	29.694,94 €	0,26%	67.316,79 €	0,56%
4	Outras funções	0,24%	3.848,91 €	0,03%	1.592.778,62 €	13,21%
410	Operações da dívida autárquica	0,55%	234,04 €	0,00%	42.912,34 €	0,36%
420	Transferências entre administrações	0,23%	3.614,87 €	0,03%	1.549.866,28 €	12,85%
Total		95,19%	11.479.600,21 €	100,00%	12.059.775,91 €	100,00%

Da análise dos custos e proveitos apurados pela contabilidade analítica, constata-se que, no ano de 2017 os proveitos foram inferiores aos custos em 580.175,70€.

Em relação à função 111, é de salientar que o grau de cobertura dos custos desta função apenas contemplam os diretamente imputáveis aos bens e serviços, uma vez que, como já foi referido anteriormente neste relatório, os custos indiretos desta função foram distribuídos pelas restantes funções.

No que respeita aos proveitos dos bens e serviços desta função os mesmos integram todas as receitas obtidas do Orçamento de Estado, da Autoridade Tributária, entre outras.

Os proveitos da função 241 dizem respeito a habitações sociais e provêm das receitas obtidas com as rendas dos edifícios municipais.

Por último, é de referir que o grau de cobertura dos custos da função 320 – Industria e Energia deriva dos proveitos a título da renda de concessão da EDP.

9. Considerações Finais

O ano económico de 2017 terminou com um saldo de gerência de 761.156,75€, sendo 262.712,61€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 498.444,14€ relativos a saldo de operações de tesouraria.